



Anais da Assembleia

Nº 17

CURITIBA, QUARTA-FEIRA, EM 18 DE MARÇO DE 1992.

ANO XVIII

Atos da Presidência:

SOMULA: Aprova o nome do Doutor Luiz Carlos Delazari para ocupar o cargo de Procurador-Geral de Justiça.

RESOLUÇÃO Nº 001/92

DATA: 12 de março de 1992

SOMULA: Autoriza a realização do plebiscito na área descrita, para que a população decida sobre a criação do município de Centro Novo.

A Assembleia Legislativa do Estado do Paraná aprovou e eu promulgo, nos termos do artigo 73 da Constituição Estadual combinado com o artigo 123 do Regimento Interno, a seguinte resolução:

Art. 1º - Fica autorizada a realização de plebiscito, na área adiante descrita, para que a população decida sobre a criação do município de Centro Novo, com sede na localidade do mesmo nome, desmembrando-se dos municípios de Planalto e Pêrola do Oeste, com os seguintes limites, divisas e confrontações:

Com o Município de Capanema

Começa no rio Santo Antônio, na foz do rio Liso, subindo por este até a foz do Lajeado Bonito e, por este, até o seu cruzamento com a estrada municipal à São José do Liso;

Com o Município de Planalto

Começa no Lajeado Bonito, no seu cruzamento com a estrada municipal Capanema-São José do Liso, deste ponto seguindo pela estrada, no sentido São José do Liso, até encontrar o rio Liso, por este subindo até encontrar a foz do arroio Fernandes;

Com o Município de Pêrola do Oeste

Começa na foz do arroio Fernandes, no rio Liso, e sobe até a sua nascente, próximo a estrada PR-163 que liga Planalto à Pêrola do Oeste e deste ponto, por linha seca e reta, segue rumo oeste até encontrar a nascente do córrego Vitória, por este descendo até a sua foz no rio Santo Antônio;

Com a República Argentina

Começa na foz do Lajeado Grande, no rio Santo Antônio, pelo qual segue até a sua foz do rio Liso, ponto de partida.

Art. 2º - Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Palácio "XIX DE DEZEMBRO", em 12.03.92.

(a) ANIBAL KHURY
Presidente

DECRETO LEGISLATIVO Nº 002/92

DATA: 17 de março de 1992.

A Assembleia Legislativa do Estado do Paraná aprovou e eu promulgo, nos termos do artigo 73 da Constituição Estadual combinado com o artigo 123 do Regimento Interno, o seguinte Decreto Legislativo:

Art. 1º - Fica aprovado o nome do Doutor LUIZ CARLOS DELAZARI, para ocupar o cargo de Procurador-Geral de Justiça do Estado do Paraná, com mandato de dois (02) anos, contados a partir da data da posse, tendo em vista o disposto pelo Art. 116, da Constituição do Estado e, ainda, o estabelecido pelo Lei nº 9.199, de 18 de janeiro de 1.990.

Art. 2º - Este Decreto Legislativo entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

(a) ANIBAL KHURY
Presidente

2ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 12ª LEGISLATURA
ATA DA 14ª SESSÃO ORDINÁRIA
REALIZADA EM 18 DE MARÇO DE 1992.
(QUARTA-FEIRA)

Presidência do Senhor Deputado Algaci Túlio, secretariada pelos Senhores Deputados João Arruda e Ademar Traiano.

A hora regimental é registrada a presença dos seguintes Senhores Deputados: Anibal Khury, Algaci Túlio, Heinz Herwig, João Arruda, Ademar Traiano, Dalton Machuca, Lourenço Fregonese, Albino Corazza, Alceu Swarowski, Hermas Brandão, Arlindo Troian, Basílio Zanusso, Carlos Simões, Cleiton Kielse, Cezar Silvestri, Colombino Grassano, Costenaro Neto, Dirceu Manfrinato, Dobrandino da Silva, Domingos Carvalho, Doutor Rosinha, Duílio Genari, Durval Amaral, Edson Silva Lino, Elio Rusch, Erondy Silvério, Ernani Pudell, Eurides Moura, Geraldo Cartário, José Alves, João Preis, Osvaldo Trevisan, José Arthur Ritti, José Tavares, João Iensen, Luiz Carlos Alborghetti, Luiz Carlos Martins, Mário Bezerra, Neivo Beraldin, Nelson Justus, Nilton Barbosa, Nilton César Servo, Orlando Pessuti, Ovídio Constantino, Paulo Maia, Rafael Greca de Macedo, Renato Adur, Rossoni, Severino Félix e Toti Colaço (50). Achando-se ausentes os seguintes Senhores Deputados: Emília Belinati, Tadeu Lúcio Machado, Nelson Garcia e Plauto Miró Guimarães (04).

Verificada a existência de número legal, o Senhor Presidente declara aberta a

O SR. PRESIDENTE (Algaci Túlio) - Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. 2º SECRETARIO - procede à leitura das Atas das sessões anteriores, as quais foram aprovadas sem observações.

O SR. 1º SECRETARIO - procede à leitura do seguinte

EXPEDIENTE:

Ofício:

OFÍCIO S/N

Senhor Presidente.

Tenho o prazer de comunicar a Vossa Excelência, que assumi, em 1º de março do corrente ano, a liderança do Partido da Reconstrução Nacional (PRN), com a disposição sempre crescente de trabalhar em prol de todos os paranaenses, visando o engrandecimento de nossa Assembléia Legislativa.

Colocando-me à disposição de Vossa Excelência, me subscrevo.

Sala das Sessões, em 18.03.92.

(a) NELSON JUSTUS

Indicação:

INDICAÇÃO

Senhor Presidente.

Na condição de Líder do PMDB, indico o Deputado OSWALDO TREVISAN para substituir o Deputado José Afonso Júnior nas Comissões Técnicas Permanentes desta Casa, em que o mesmo era titular ou suplente.

Sala das Sessões, em 18.03.92.

(a) ORLANDO PESSUTI

Líder do Governo e PMDB

Questão de Ordem:

QUESTÃO DE ORDEM Nº 247

Senhor Presidente.

O Deputado que a presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, vem apresentar Questão de Ordem no sentido de que esta Presidência, por escrito, esclareça as condições em que está sendo votado, por esta Casa, o Projeto de Lei nº 83/85, de autoria do ex-Deputado Fuad Nacli, criando o Município de Quarto Centenário, desmembrado do Município de Goioerê.

A presente Questão de Ordem prende-se ao fato de que o Artigo 250 do Regimento Interno desta Assembléia, determina o arquivamento de proposições apresentadas em legislaturas anteriores.

Tratando-se de projeto bastante anti-

go, quer parecer a este Deputado que antes de sua aprovação, deve, no mínimo, ser apurada a continuidade da existência dos requisitos exigidos por lei, para a criação de Município.

No ensejo requer a Vossa Excelência que retire o projeto em questão de pauta, até a resolução da Questão de Ordem solicitada.

Sala das Sessões, em 18.03.92.

(a) OVIDIO CONSTANTINO

Requerimentos:

REQUERIMENTO Nº 196

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, após ouvido o Plenário, respeitosamente REQUER regime de urgência para o Projeto de Lei nº 280/91, de sua autoria, que cria a UNIVERSIDADE METROPOLITANA DE CURITIBA e dá outras providências.

Sala das Sessões, em 18.03.92.

(a) GERALDO CARTARIO

REQUERIMENTO Nº 197

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, com fundamento no disposto pelo artigo 182 do Regimento Interno e, após ouvido o Plenário, respeitosamente REQUER regime de urgência para o Projeto de Lei nº 526/91, de sua autoria, que instituiu, para atendimento ao disposto no artigo 159 da Constituição Estadual e dispositivos da Lei Federal nº 6.305, de 15.12.75, a TAXA DE SERVIÇOS AGRICOLAS no Estado do Paraná.

Sala das Sessões, em 18.03.92.

(a) ORLANDO PESSUTI

REQUERIMENTO Nº 223

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas prerrogativas regimentais, REQUER após ouvido o Plenário, regime de urgência para o Projeto de Lei nº 042/92, que revoga o Art. 190, com seus incisos I e II e parágrafo único, da Lei nº 6.174, de 16 de novembro de 1970 - Estatuto dos Funcionários Cíveis do Paraná.

Sala das Sessões, em 18.03.92.

(a) DOBRANDINO DA SILVA

REQUERIMENTO Nº 226

Senhor Presidente.

O Deputado que subscreve o presente, no uso de suas prerrogativas regimentais, REQUER à Mesa, ouvido o Plenário, regime de urgência para a tramitação do Projeto de Lei nº 529/91, de autoria deste Deputado, projeto, esse que "autoriza o Poder Executivo a realizar procedimentos para construção de rodovia interligando Maringá

a Faxinal dos Mendes, no Município de Tibagi."

Sala das Sessões, em 18.03.92.

(a) JOSE ALVES

REQUERIMENTO Nº 241

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, com fundamento no disposto pelo artigo 182 do Regimento Interno e, após ouvido o Plenário, respeitosamente REQUER regime de urgência para o Projeto de Lei nº 051/92, de autoria do Deputado ARLINDO TROIAN, que declara de Utilidade Pública a ADINORTE - ASSOCIAÇÃO DOS PRODUTORES RURAIS DE DIAMANTE DO NORTE, com sede e foro no Município do mesmo nome.

Sala das Sessões, em 18.03.92.

(a) ARLINDO TROIAN

REQUERIMENTO Nº 235

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e com fundamento no disposto pelo artigo 180, § 2º do Regimento Interno, REQUER, após ouvido o Plenário, preferência para a votação dos Projetos de Lei nºs 004/92 e 010/92, que estão em 1ª discussão na Ordem do Dia da presente sessão.

Sala das Sessões, em 18.03.92.

(a) COLOMBINO GRASSANO

REQUERIMENTO Nº 230

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e, com fundamento no disposto pelo artigo 187, § 4º do Regimento Interno, REQUER, após ouvido o Plenário, dispensa de discussão e votação da redação final para os projetos aprovados em 2ª discussão, constantes da Ordem do Dia da presente sessão, que não tenham sofrido emendas no curso de sua tramitação.

Sala das Sessões, em 18.03.92.

(a) JOÃO ARRUDA

REQUERIMENTO Nº 246

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER o arquivamento do Projeto de Resolução nº 003/92, que autoriza a realização de plebiscito para a criação do município de OURILÂNDIA, tendo em vista que já existe a Resolução nº 054/91, autorizando a realização de plebiscito.

Sala das Sessões, em 18.03.92.

(a) COLOMBINO GRASSANO

REQUERIMENTO Nº 195

O Deputado que o presente subscreve, no uso das suas atribuições regimentais e

após ouvir o douto Plenário, REQUER seja convocada reunião com representantes de todos os Partidos com assento nesta Assembleia Legislativa, ou então Sessão Extraordinária nos termos do Artigo 84, I, do Regimento Interno, para que sejam estudadas as condições técnicas e de atuação política a passagem pelo Paraná do gasoduto boliviano e argentino que vai trazer gás para o Brasil. Tal convocação, qualquer que seja a sua forma, deverá acontecer em regime de urgência.

Sala das Sessões, em 18.03.92.

(a) PAULO MAIA

JUSTIFICATIVA:

Os Deputados Estaduais, como todos os demais integrantes da classe política, não podem ficar omissos à importante e grave questão da entrada do gás boliviano e argentino em território do Brasil. Este ingresso, em campanha há muito encetada pelo Jornal Gazeta do Povo, deverá, por suas condições técnicas mais favoráveis e pelo incremento à economia que representa, dar-se pelo Estado do Paraná. A matéria, porém, carece de tratamento em regime de urgência. No dia 19 de abril, a Comissão da União deverá definir o trajeto a ser dado a este gasoduto. O Paraná, por sua classe política representada nesta Assembleia Legislativa e nas suas representações em Brasília, independentemente de Partido, deverá se unir e fazer ver que o melhor traçado para ingresso do gás boliviano e argentino, fontes alternativas e limpas de energia, no Brasil, é por Foz do Iguaçu, através de regiões prósperas do Estado, em direção a São Paulo. É importante ressaltar o empenho de outros Estados, principalmente Rio Grande do Sul e Santa Catarina, em trazer através de seus territórios esta grande fonte de energia.

O Paraná tem, sem dúvida, como já amplamente demonstrado pelo Jornal Gazeta do Povo, as melhores condições para se constituir na rota mais economicamente viável, para o ingresso do gás boliviano e argentino no Brasil, e este gasoduto, representa riqueza pela facilidade ao acesso de uma energia que se torna cada vez mais atraente para as empresas. O Paraná, por sua vez, não pode perder a oportunidade de atrair um maior número de empresas que se instalariam às margens deste gasoduto, de modo a criar empresas para a sua população; e muito menos ver evadirem-se empresas aqui já instaladas, em razão de uma fonte alternativa de energia oferecida por outros Estados, membros da União. A classe política paranaense deve tomar uma posição firme e incisiva, criando uma estratégia de atuação, visando o bem do povo paranaense, supra-partidariamente, perante este importante assunto, pois a história não poderá cobrar nossa omissão.

REQUERIMENTO Nº 206

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições legais e regimentais, REQUER a Vossa Excelência o encaminhamento, ao Excelentíssimo Senhor Governador Roberto Requião, da Proposição em anexo.

Sala das Sessões, em 18.03.92.

(a) ALGACI TOLIO

Curitiba, em 16 de março de 1992.

Senhor Governador.

Em 05 de maio de 1991, encaminhamos apelo a Vossa Excelência, acompanhado de extensa exposição quanto a situação de penúria vivida pelos Asilos São Vicente de Paulo e Tarumã, para que fosse cumprido pelo Estado o convênio mantido com as Irmãs Passionistas. Em 30 de setembro do mesmo ano, reiteramos o apelo dizendo da situação de desespero e quase miséria vividas pelas entidades que, através do trabalho desenvolvido, sem dúvida, contribuem para que o Governo do Paraná cumpra o dever constitucional de assistir os idosos e deficientes abandonados.

Ocorre, Excelência, que transcorrido quase um ano do apelo feito, já no terceiro mês de 1992, nenhum repasse, proveniente dos convênios, foi feito àquelas entidades - Asilos São Vicente e Tarumã - que encontram-se prestes a fechar suas portas, tal a situação em que se encontram pela falta de recursos provindos do Estado. Vivem os dois asilos hoje da caridade pública que promove o sustento alimentar dos quase 400 idosos, mas não atende as necessidades de remédios, pagamentos de funcionários, encargos sociais a que estão sujeitos.

Difícil não é imaginar, Excelência, o que será feito dos velhinhos - quase 400 - mas doloroso e desumano admitir que com o fechamento dos Asilos Tarumã e São Vicente de Paulo, sejam os mesmos jogados na rua.

Confiante na sensibilidade e humanidade de Vossa Excelência, reiteramos o apelo no sentido de que providências imediatas sejam determinadas para que o Governo do Paraná cumpra o convênio com as duas entidades, repassando as verbas necessárias a manutenção das mesmas.

Atenciosamente

(a) ALGACI TOLIO

Excelentíssimo Senhor

ROBERTO REQUIÃO

DD. Governador do Estado do Paraná

PALACIO IGUAÇU

REQUERIMENTO Nº 232

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, nos termos

Curitiba, quarta, em 18.03.92

do § 3º do artigo 36 do Regimento Interno, prorrogação do prazo, por sessenta dias, a Comissão Parlamentar de Inquérito que apura possíveis irregularidades no processo autorizatório do recente aumento das passagens de ônibus intermunicipais, para que conclua seus trabalhos.

Sala das Sessões, em 18.03.92.

(a) JOÃO IENSEN

REQUERIMENTO Nº 234

Senhor Presidente.

Na qualidade de Presidente da Comissão de Constituição e Justiça e de acordo com o requerimento do Deputado Mário Bezerra, Relator do Projeto de Resolução nº 80/91, solicito que seja anexado a este o Projeto de Lei nº 256/91, citado na Emenda nº 2 do Deputado Orlando Pessuti àquele Projeto, por tratar-se do mesmo assunto e para que se tenha os subsídios necessários para a elaboração do parecer por parte dessa Comissão.

Sala das Sessões, em 18.03.92.

(a) COLOMBINO GRASSANO

REQUERIMENTO Nº 236

Senhor Presidente.

Os Deputados que este subscrevem, no uso de suas prerrogativas regimentais, REQUEREM, após ouvido o douto Plenário, seja constituída uma Comissão para organizar um Fórum de Debates, tendo como tema a Instituição do Fundo de Previdência do Estado do Paraná.

Sala das Sessões, em 18.03.92.

(aa) ALCEU SWAROWSKI

DOBRANDINO DA SILVA

JUSTIFICATIVA:

O Chefe do Poder Executivo encaminhou a esta Casa, Plano de Lei tratando da Instituição do Fundo de Previdência do Estado do Paraná.

Numa atitude louvável, o Relator do Projeto, juntamente com a douta Comissão de Constituição e Justiça convidaram os Secretários de Administração e Fazenda, bem como representantes de entidades de classe dos servidores, para discutir a matéria, que deveria ser votada no final do ano passado.

Dada a complexidade do assunto, resolveu-se deixar para o corrente exercício, o exame do projeto.

Tratando-se de matéria previdenciária de grande alcance, despertou o interesse de vários setores da administração e também dos servidores públicos.

Assim, no dia 22 de fevereiro, diversas entidades promoveram um Seminário, com a presença do Superintendente do I.P.E., o qual já havia comparecido à reunião realizada nesta Casa.

Algumas propostas foram encaminhadas aos colegas Parlamentares, através do Ofi-

cio Circular nº 08/92, mas, cremos que o assunto ainda não está esgotado.

A realização de um Fórum de Debates, no qual serão ouvidos as partes interessadas, poderá trazer mais luzes à discussão de tão relevante matéria, que merece ser examinada meteticulosamente.

A propósito, a Câmara Federal, acaba de concluir estudo sobre adoção de normas que deverão reger a Previdência Social, no tocante a aposentadorias e pensões, do qual ainda desconhecemos maiores detalhes.

Nossa preocupação, por certo encontrará respaldo necessário dos demais Parlamentares, pois, as portas do Legislativo deverão ser abertas para todos que se interessam pelos destinos de nosso Estado.

Esta proposição tem por objetivo aperfeiçoar o Projeto, antes que seja colocado na Ordem do Dia para votação, evitando assim, possíveis falhas, como está acontecendo no âmbito Federal.

REQUERIMENTO Nº 215

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, voto de pesar, pelo falecimento do Senhor LUIZ CARLOS DOS SANTOS, ocorrido no dia 15 de março do corrente ano, no Município de Paranaguá.

Sala das Sessões, em 18.03.92.

(a) LOURENÇO FREGONESE

JUSTIFICATIVA:

O Professor Luiz Carlos dos Santos, natural de Paranaguá, figura conhecida na área da educação, fez seus primeiros estudos no Colégio Estadual José Bonifácio, e desde sua vida estudantil já mantinha uma tendência natural para o Magistério, pois no cargo de estudante que atuou, buscava sempre idealizar nas lideranças, cursos para seus contemporâneos. Filho do Senhor Constâncio dos Santos e de Dona Helena da Conceição dos Santos.

Teve atuação destacada junto ao Magistério onde na carreira exerceu todas as atividades operacionais e administrativas, trabalhando muitos anos na antiga Inspeção Regional de Educação e posteriormente no NRE - Núcleo Regional de Educação. Na sua carreira profissional, além de lecionar para o 2º Grau em vários estabelecimentos de ensino na cidade de Paranaguá, dava ainda assistência educacional nas cidades de Antonina, Guaratuba, Guaraqueçaba, Matinhos, Morretes e Paranaguá, onde manteve um vasto círculo de amigos, além de ser Professor titular de uma das cadeiras de Matemática na Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Paranaguá, onde sempre teve participação destacada em todas as iniciativas daquele estabelecimento de ensino superior.

REQUERIMENTO Nº 211

Senhor Presidente.

O Deputado autor do presente, adiante subscrito, REQUER, na forma regimental, após ouvido o Douto Plenário, que sejam formulados e inseridos em Ata, Votos de Congratulações pelo transcorrer do 10º aniversário da criação da Paróquia de Santa Maria Goretti, nesta Capital, e ao Pe. Gabriel Perazzetti, Pároco daquela comunidade, pela comemoração de suas Boas de Prata Sacerdotal.

Sala das Sessões, em 18.03.92.

(a) ALGACI TOLIO

JUSTIFICATIVA:

No último domingo, dia 15 de março, em Missa de Ação de Graças celebrada pelo Arcebispo Metropolitano de Curitiba, D. Pedro Fedalto, a comunidade do bairro do Bom Retiro, nesta Capital, comemorou com grande alegria 10 anos de existência da Paróquia de Santa Maria Goretti.

Durante o evento comemorou-se, também, os 25 anos de Ordenação Sacerdotal do Padre Gabriel Perazzetti, da Congregação "Filhos da Sagrada Família", Pároco daquela comunidade.

Que o presente requerimento formule nossos melhores cumprimentos àquele homem religioso e a toda comunidade da Paróquia Santa Maria Goretti.

REQUERIMENTO Nº 212

Senhor Presidente.

O Deputado autor do presente, adiante subscrito, REQUER, na forma regimental, após ouvido o Douto Plenário, que sejam formulados e inseridos na Ata dos trabalhos do Poder Legislativo, votos de congratulações à nova diretoria eleita da Santa Casa de Misericórdia de Curitiba.

Eleita na última semana, a Diretoria da Santa Casa de Misericórdia está assim composta: Provedor-Geral, Engº Ivo Arzua Pereira (reeleito); vice-provedores: Gilberto de Abreu Pires, Neston Inthon Bueno, Luiz Renato de Abreu Maeder; escrivães: Carlos Ernesto Calberg e Tereza Cristina Ribas Fontana; tesoureiros: Américo Marques Dias e Kurt Roberto Strobel e procuradores: Amaury Caron dos Anjos e Mário Augusto de Queiroz. Presidente do Conselho Geral, Dr. Ari de Christam e Vice-Pres., Daniel Borges dos Reis.

Na sessão de posse da nova Diretoria houve a entrega de homenagens e comendas da Honorífica Ordem de Filantropia, criada na gestão de Ivo Arzua frente à Federação das Misericórdias. Como cavaleiros foram agraciados: Ir. Lydia Domaradzki e Nilce Ferreira Roseira e como comendadores: Maria José Luiz de Castro, Guido Arzua, Ety Gonçalves Forte, Guilherme Lacerda Braga Sobº, Maria de Lourdes Costa da Silva, Celso do Amaral Ferreira e José Vanderley

Dias. Com destaque, foi homenageado o médico João Átila Rocha, nefrologista conceituado do nosso Estado.

Ainda receberam homenagens: Pe. José Linhares Fonte, Arymar Ferreira dos Santos, Hilton Rocha, Cândido Galvão de Barros França Neto, Ilízia Folador e César Cabral.

Que do presente requerimento, enseje os cumprimentos deste Poder Legislativo ao extraordinário trabalho desenvolvido pelo engº Ivo Arzua, nosso ex-prefeito, frente à Irmandade da Santa Casa de Misericórdia de Curitiba, bem como represente nossos melhores votos de êxito aos novos diretores daquela instituição.

Que do teor do presente dê-se ciência a todos os novos diretores e, inclusive, aos homenageados com a Ordem das Misericórdias, pessoas imprescindíveis à obra social em favor dos mais carentes do Paraná.

Sala das Sessões, em 18.03.92.

(a) ALGACI TOLIO

REQUERIMENTO Nº 216

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER a inserção, na Ata dos Trabalhos desta Sessão, de Voto de Congratulações a Escola Estadual "Theobaldo Miranda Santos" de Maringá pelo transcurso de seu 31º aniversário de fundação.

Sala das Sessões, em 18.03.92.

(a) JOÃO PREIS

JUSTIFICATIVA:

O primeiro dia de aula na Escola Estadual Theobaldo Miranda Santos aconteceu no dia 08 de março de 1961.

Não se tratava, no entanto, de simplesmente mais uma escola, mas sim, de um estabelecimento de ensino que surgia com objetivos claramente definidos: o ensino, a educação, a informação e o lazer, sempre posicionando-se em defesa dos verdadeiros interesses da grandiosa comunidade da Vila Operária.

Numa época de tantas convulsões sociais, em que o mundo se acha em crise de ideais e valores, cabe-nos aplaudir o trabalho comunitário desenvolvido pela Diretora da Escola Estadual Theobaldo Miranda Santos - Professora Aparecida Baldo Mendes, que faz da sua profissão um exemplo de competência, solidariedade e dignidade pessoal.

REQUERIMENTO Nº 217

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, REQUER, na forma regimental, que seja consignado um Voto de Congratulações pela passagem do 35º aniversário de fundação da Diocese de Maringá a ser comemorado no dia

Curitiba, quarta, em 18.03.92

22 do corrente mês.

Sala das Sessões, em 18.03.92.

(a) JOÃO PREIS

JUSTIFICATIVA:

Há 35 anos, precisamente no dia 22 de março de 1957, as preocupantes questões sociais e o espírito humanitário de pessoas cristãs determinaram a fundação da Diocese de Maringá.

Sereno e forte; corajoso e humilde; sábio e irredutível no segurar o estandarte de valores intocáveis: prudente e ousado no trato de tudo aquilo que coloque em risco a mais preciosa das criações de DEUS - o homem e a mulher integrais -, assim é Dom Jaime Luiz Coelho, como o Pedro da Sé Romana, aquele a quem foram entregues as chaves do reino dos Céus - é penhor da segurança dos Maringenses.

Ele representa a certeza de que a Igreja, aqui, não será, jamais instrumento senão da essência evangélica. E esta exige, basicamente, com Dom Jaime Luiz Coelho, seu guardião, de cada um de nós que sejamos "fiéis no pouco" - "in pouca fidelis".

O presente requerimento justifica-se pelo fato de ser de inteira justiça que o Poder Legislativo do Estado do Paraná preste esta justa homenagem, haja visto que a Diocese de Maringá é o símbolo vivo do trabalho e da fé cristã de todos que se envolveram nesta monumental obra.

REQUERIMENTO Nº 219

Senhor Presidente.

O Deputado que subscreve o presente, no exercício de suas atribuições regimentais, REQUER, ouvido o plenário, que seja transcrito nos anais desta Casa voto de regozijo pela nomeação do novo Arcebispo de Londrina, D. Albano Bortoletto Cavallin, atualmente Bispo de Guarapuava, de onde sairá para assumir a nova investidura dia 10 de maio vindouro.

Sala das Sessões, em 18.03.92.

(a) GERALDO CARTARIO

JUSTIFICATIVA:

O novo Arcebispo de Londrina é natural da Lapa, o histórico município do Sul do Estado. Filho de Pedro Cavallin e Celestina Bortoletto, nasceu aos 24 de abril de 1930, estudou no Seminário Menor de São José, em Curitiba, e no Seminário Maior do Ipiranga, em São Paulo. Foi ordenado sacerdote em dezembro de 1953 e, no ano seguinte, começou a exercer o ofício na Catedral de Curitiba, aí permanecendo até 1957, assumindo nesse mesmo ano a Vice-Reitoria do Seminário Maior de Curitiba, fundado pouco antes.

- Em 1958, D. Albano assumia a paróquia de Santa Terezinha, em Curitiba, onde ficou durante 5 anos. Na década seguinte, foi diretor espiritual do Seminário Maior

Rainha dos Apóstolos.

- Foi sagrado Bispo a 28 de agosto de 1973.

- Entre 1979 e 1986, integra a linha de catequese da Comissão Episcopal da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB).

- Em dezembro de 1986, assume como 2º Bispo de Guarapuava.

D. Albano é o terceiro Arcebispo de Londrina, desde 1957, quando foi criada a Diocese local. Até então, Londrina pertencia ao Bispado de Jacarezinho. Ele sucede a D. Geraldo Majella Agnello, recentemente designado Secretário da Congregação Vaticana para o Culto Divino e Disciplina dos Sacramentos, da Cúria Romana.

Para a nomeação de D. Albano, o Papa João Paulo II louvou-se numa lista tríplice, elaborada com base em consultas realizadas pelo Núncio Apostólico no Brasil, vários bispos e padres da região, além do próprio Arcebispo interino, Paulo Brincat.

Esperando assim, a aprovação do voto de regozijo ora requerido, sugerimos que ela seja comunicada a D. Albano Cavallin, aos cuidados das Diocese de Guarapuava.

REQUERIMENTO Nº 245

Senhor Presidente.

Os Deputados que o presente subscrevem no uso de suas atribuições regimentais, após ouvido o plenário respeitosamente REQUEREM, a inserção em ata de voto de confiança endereçado à Deputada Federal do PDT do Rio de Janeiro Cidinha Campos pelo edificante trabalho de combate à corrupção existente no país, por ela desencadeado.

Sala das Sessões, e, 18.03.92.

(aa) José Arthur Ritti, Carlos Simões, Luiz Carlos Martins, Geraldo Cartário, Nilton Barbosa, Edson Silva Lino, Dirceu Manfrinato e Neivo Beraldin.

JUSTIFICATIVA:

A coragem, o discernimento o patriotismo demonstrado pela Deputada Cidinha Campos têm poucos precedentes na história política nacional.

O edificante serviço que a mesma vem prestando à nação brasileira não pode passar despercebido por nós, legítimos representantes do povo.

A presente proposição, além de reconhecer os méritos da luta por ele empreendida, serve de incentivo e solidariedade para que permaneça vigilante e prossiga na consecução dos seus propósitos, cumprindo com dignidade indiscutível o mandato e o voto de confiança que lhe foi legitimamente outorgado por considerável parcela da população do estado do Rio de Janeiro.

REQUERIMENTO Nº 225

Senhor Presidente.

O Deputado que subscreve o presente,

no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, ouvido o Plenário, officie-se às autoridades abaixo relacionadas, solicitando providências no sentido de que sejam construídas 6 (seis) salas de aula no Município de Quinta do Sol, para que atendam à demanda escolar naquele município, conforme justifica:

a) - Ao Governador do Estado do Paraná, Dr. Roberto Requião de Mello e Silva;

b) - Ao Secretário de Estado da Educação, Dr. Elias Abrahão;

c) - Ao Diretor Superintendente da Fundação Educacional do Estado do Paraná, Dr. Maurício Requião de Mello e Silva.

Sala das Sessões, em 18.03.92.

(a) JOSE ALVES

JUSTIFICATIVA:

O Município de Quinta do Sol possui 8 escolas municipais, 1 escola rural estadual, 1 pré-escola e 1 colégio estadual.

Muitas das escolas municipais necessitam de reformas e mesmo de construção de novas salas de aula.

O Colégio Estadual São Judas Tadeu atende alunos de 5ª a 8ª séries do 1º grau e os do 2º grau de ensino, ficando para o Município, de acordo com o sistema de municipalização do ensino, o atendimento da clientela de 1ª a 4ª séries do 1º grau, e futuramente, de todo o 1º grau de ensino.

É necessário que a FUNDEPAR verifique as reais necessidade da escolarização de Quinta do Sol, com relação à falta e reconstrução de novas salas de aula.

REQUERIMENTO Nº 227

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve o presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, ouvido o Plenário, sejam enviados ofícios às autoridades abaixo mencionadas, solicitando providências imediatas para regularização da distribuição da merenda escolar nas escolas estaduais e municipais do Município de Quinta do Sol, conforme justifica:

a) - Ao Secretário de Estado da Educação, D Elias Abrahão;

b) - Ao Diretor Superintendente da Fundação Educacional do Estado do Paraná, Dr. Maurício Requião de Mello e Silva;

c) - Ao Prefeito Municipal de Quinta do Sol, Sr. Antonio Lázaro da Costa.

Sala das Sessões, em 18.03.92.

(a) JOSE ALVES

JUSTIFICATIVA:

O Município de Quinta do Sol possui 8 escolas municipais, 1 escola rural estadual, 1 pré-escola e 1 colégio estadual, todos necessitados de gêneros alimentícios para a cocção da merenda escolar para seus alunos.

Desde o início do ano letivo, inúmeras

são as dificuldades do Município para manter a distribuição da merenda aos alunos dessas escolas. Até a presente data, nada foi enviado ao Serviço de Merenda da Prefeitura de Quinta do Sol, por parte dos órgãos do Estado e do Governo Federal.

Daí, a razão do presente requerimento.

REQUERIMENTO Nº 228

Senhor Presidente.

O Deputado que subscreve o presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, ouvido o Plenário, sejam enviados FAX ao Senhor Governador do Estado em Exercício, Dr. Mario Pereira, bem como ao Comandante Geral da Polícia Militar do Estado do Paraná, Coronel QOBM Miguel Arcanjo Capriotti, solicitando aos mesmos providências para que seja instalado, no Município de Quinta do Sol um Posto Avançado do Corpo de Bombeiros, conforme justifica.

Sala das Sessões, em 18.03.92.

(a) JOSE ALVES

JUSTIFICATIVA:

O município de Quinta do Sol localiza-se à margem esquerda do Rio Ivaí, fazendo limite com os Municípios de Engenheiro Beltrão, Itambê (margem direita do rio), Fênix e Peabiru.

Constante são os acidentes no Rio Ivaí, por afogamento, além de outros acidentes por fogo e por qualquer outra natureza.

A movimentação do Corpo de Bombeiros para atendimento a esses acidentes e às suas vítimas é morosa, devido à distância e às dificuldades de locomoção, pois é de Campo Mourão que quase sempre vem os socorros. E essa demora no atendimento tem provocado, na maioria das vezes, vítimas fatais.

Um Posto Avançado do Serviço de Corpo de Bombeiros, com sede em Quinta do Sol, viria minimizar essas conseqüências tão nefastas.

REQUERIMENTO Nº 191

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, ouvido o Douto Plenário, o envio de expediente oficial ao Ilustríssimo Senhor Maurício Requião de Mello e Silva, DD. Superintendente da FUNDEPAR, solicitando providências urgentes na construção de 02 (duas), salas de aula no Núcleo Habitacional Primavera no município de Sabáudia.

Sala das Sessões, em 18.03.92.

(a) COLOMBINO GRASSANO

JUSTIFICATIVA:

O Núcleo Habitacional Primavera no Município de Sabáudia, tem uma população de uma centena de crianças e não possui esco-

Curitiba, quarta, em 18.03.92

la alguma num raio de três (03) quilômetros.

O número de crianças sem possibilidade de acesso a cadeiras escolares por falta de escola naquela região do município, obriga procurar abrigo em outras áreas, e o transporte necessário para tanto acarreta custos insuportáveis para aos seus pais.

Desta forma impõe-se que o Poder Público atenda com a urgência que o caso requer essa ocorrência, solucionando-a adequadamente. É o nosso apelo.

REQUERIMENTO Nº 200

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas prerrogativas regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, o envio de expediente ao Excelentíssimo Senhor Presidente do Banestado, Heitor Wallace de Mello e Silva, solicitando a instalação de um Posto de Serviço ou Caixa Externa do Banestado na parte sul da cidade de Dois Vizinhos.

Sala das Sessões, em 18.03.92

(a) OVIDIO CONSTANTINO

JUSTIFICATIVA:

Dois Vizinhos tem, conforme o Censo 91, o total de 40.203 habitantes, dos quais 60% residem no meio urbano. A sede do município divide-se em cidade sul e cidade norte, sendo que mais de 50% da população urbana reside na cidade sul, onde estão instalados atualmente 136 estabelecimentos comerciais, dentre eles 3 agências revendedoras de automóveis, 1 de caminhões de carga e 1 de máquinas agrícolas; o Complexo Agroindustrial da Sadia, inúmeras pequenas indústrias e casas de comércio, e 3 Escolas de 1º e 2º Grau. Destacamos também o fato de que a ligação com a região sudoeste e demais municípios do Estado se dá apenas pela cidade sul, em função da disposição do entroncamento rodoviário. Constata-se porém que as cinco agências bancárias (Banco do Brasil, Bamerindus, Bradesco, Banestado e CEF) estão instaladas na cidade norte; cumprindo ressaltar portanto, que não há agência bancária, Posto de Serviço ou mesmo Caixa Externa na cidade sul; ocasionando sérios transtornos à população que se vê obrigada a grandes deslocamentos para efetuar pagamentos de taxas e impostos além de outras transações financeiras indispensáveis.

REQUERIMENTO Nº 208

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Douto Plenário, o envio de Expediente Oficial à Superintendência da Legião Brasileira de Assistência - Regional Paraná, dirigido pelo doutor

Osni Ribas Alves, no sentido de que seja determinado a alocação de recursos financeiros, através de convênios com a Prefeitura, com o objetivo de se construir uma creche no distrito de Oroitê, em Iporã.

Sala das Sessões, em 18.03.92

(a) NELSON GARCIA

JUSTIFICATIVA:

O município, nesta administração, vem se preocupando com a realidade social existente em toda a sua extensão territorial.

A ação do governo municipal tem sido intensa para debelar os focos da miséria e da marginalidade, itens recentes no vocabulário dos moradores antigos da cidade, mas que infelizmente, cada dia se instala e aumenta suas dimensões assustadoramente.

Um dos programas encetado pela Prefeitura é a do atendimento à criança, através de escolas e creches. Nessa proposta de se oferecer um número cada vez maior de creches, atende a melhoria da qualidade de vida do menor e a oportunidade de melhorar os rendimentos familiar, com a possibilidade do trabalho fora para a mulher, componente importante nessa relação.

O pedido é deveras importante e requer atendimento urgente, por parte do poder público.

REQUERIMENTO Nº 209

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Douto Plenário, o envio de expediente ao Exmo. Sr. Dr. Mário Pereira, digníssimo Secretário dos Transportes, no sentido de que seja determinado estudos para a liberação de recursos para recapeamento e recuperação da rodovia PR-480, no trecho compreendido entre os municípios de Umuarama e Maria Helena.

Do aprovado, REQUER ainda envio de comunicação aos ilustres Prefeitos de Umuarama e Maria Helena, bem como às Câmaras Municipais respectivas.

Sala das Sessões, em 18.03.92

(a) NELSON GARCIA

JUSTIFICATIVA:

Trata-se de reivindicação da mais urgente e necessária visto os constantes acidentes ocorridos devido a verdadeiras panelas no asfalto que dia a dia vai se acabando pelo tráfego intenso. São veículos que se estragam, são vidas que são mutiladas por trágicos acidentes e é sem dúvida uma importante artéria da região noroeste do Estado que deve ser preservada.

REQUERIMENTO Nº 222

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Douto Plenário, o

envio de expediente ao Excelentíssimo Senhor Governador do Estado, com cópia aos Excelentíssimos Senhores Secretários de Estado da Fazenda; da Indústria, Comércio, Ciência e Tecnologia e da Agricultura e Abastecimento, solicitando a agilização de medidas em favor da agroindustrialização no Paraná, da seguinte forma:

1 - Regulamentação da Lei nº 9895, de 08.01.92, viabilizando a implantação, pelos próprios produtores rurais, de unidades agroindustriais de pequeno e médio porte, contemplando a concessão de:

I - Crédito presumido do ICMS sobre o valor da matéria prima industrializada;

II - Financiamentos para construção de instalações e aquisição de equipamentos para implantação de agroindústrias;

III - Condições facilitadas para liquidação de financiamentos concedidos com a finalidade específica, estabelecendo o valor de pagamento equivalente ao valor do produto, na data da transação;

IV - Priorização, para o atendimento com os benefícios da Lei, a Associações de Produtores Rurais, Cooperativas de Produtores rurais ou a Produtor Rural individualmente ou associado em empresa industrial;

2 - Criação de Secretaria Especial da Agroindústria do Paraná.

Seja dado conhecimento desta proposição à OCEPAR, FAEP e FETAEP, mediante envio de cópia deste Requerimento e seus anexos.

Sala das Sessões, em 18.03.92

(a) ALBINO CORAZZA

JUSTIFICATIVA:

O Estado do Paraná é destaque Nacional pela sua produção agrícola e pela força de sua pecuária. Os paranaenses que se dedicam à atividade agropecuária, enfrentam, no entanto, a cada safra, as dificuldades de preços defasados, valores de custeio indefinidos, correção exorbitante de custos de produção e outras, oferecidas pela falta de uma política agrícola mais estável, além da ação dos intermediários responsáveis pelo superfaturamento dos preços dos produtos antes que estes cheguem ao consumidor.

Esta realidade vem desestimulando paulatinamente o produtor, que vê sua atividade sendo inviabilizada.

Em decorrência disso ocorre o acentuado êxodo rural, o desordenado crescimento das cidades, o desenfreado aumento do número de desempregados e subempregados e outros fatores causadores de problemas sociais.

A agroindustrialização do Estado do Paraná resgatará a viabilidade da agricultura e da pecuária porquanto permitirá ao produtor rural agregar valores à sua produção sem a participação de intermediários.

rios. Desta forma será valorizado o produtor paranaense ao mesmo tempo que o consumidor terá acesso aos alimentos, produzidos e industrializados no Paraná, a preços compensadores.

Os incentivos propostos pela Lei nº 9895 (anexo), a serem concebidos pelo Estado do Paraná à sua classe produtora, com benefícios extensivos a todos os paranaenses consumidores, não representam qualquer prejuízo à receita estadual mas sim significativas vantagens na atividade econômica de nosso Estado. Atualmente, o Paraná recolhe ICMS exportando a matéria prima, deixando para outros estados os valores agregados e para os paranaenses, o custo do produto industrializado.

Estados vizinhos têm seus programas de incentivos fiscais definidos na busca da consolidação do processo de industrialização, como podemos ver:

- a) O Estado de São Paulo concede:
 - financiamento de 50 por cento do ICMS, incremental nos 12 primeiros meses, 40 por cento durante o segundo ano e corrigidos pela TRD mais 3 por cento de juros ao ano;
 - financiamento de 5 a 25 por cento sobre o valor total investido, dependendo da região do estado onde está sendo feito o empreendimento, com liquidação depois de 3 anos, corrigidos pela TRD mais 3 por cento de juros ao ano;
 - redução da alíquota do ICMS de 18 para 12 por cento para bens de capital.
- b) O Estado do Rio de Janeiro concede dilação no prazo para o recolhimento de 50 por cento do ICMS, sem correção, para 12 meses a partir do mês em que seria devido o recolhimento.
- c) O Estado de Santa Catarina:
 - financia através do BADESC, aproximadamente 60 por cento do valor do ICMS, para pagamento depois de sete anos, corrigidos pela TRD;
 - financia até 20 por cento dos investimentos fixos, com prazo de carência entre 12 e 84 meses, através do BADESC.
- d) O Estado de Minas Gerais, através do Pró-Indústria, financia até 60 por cento do ICMS devido, com prorrogação do pagamento por até 12 meses.
- e) O Estado de Goiás, através do FOMENTAR, financia 70 por cento do ICMS gerado para pagamento após 7 anos do mês em que o recolhimento seria devido, com juros de 3 por cento ao ano sem correção monetária.
- f) O Estado da Bahia, através do PRO-BAHIA, financia até 75 por cento do ICMS a ser recolhido, por seis anos, com carência de três, corrigidos por 50 por cento da variação da TRD.
- g) O Estado do Espírito Santo posterga o recolhimento do ICMS por 6 meses, sem

juros.

Diante dos benefícios concedidos por outros Estados, os incentivos indicados nesta proposição são pouco significativos mas atendem diretamente a classe produtora do nosso Estado e vêm de encontro à proposta do atual Governo do Paraná.

A matéria presente propõe que os produtores paranaenses, incentivos do recolhimento de ICMS no ato da comercialização de seus produtos, tenham o Crédito Presumido do Imposto como incentivo para implantação de agroindústrias. A diferença do valor entre o preço final do produto industrializado e o valor da matéria prima utilizada, será geradora de receita para o Estado, conforme percentuais apontados na industrialização do algodão (anexo).

Com o desenvolvimento do processo de agroindustrialização estarão viabilizados a agricultura e a pecuária, a geração de empregos, e o aumento da receita estadual.

A proposição que ora apresentamos objetiva a:

- promover a fixação ao homem ao seu meio, porquanto restringe os benefícios a produtores rurais,
- estimular e incentivar a atividade agrícola e pecuária, hoje praticamente inviável,
- viabilizar a agropecuária em nosso Estado, com a alternativa de incremento da atividade,
- aumentar a produção de alimentos em busca da autosuficiência de nosso Estado,
- fomentar o processo de industrialização paranaense com o advento da agroindústria,
- gerar empregos aos paranaenses,
- ampliar a capacidade de geração de recursos ao Estado mediante a agregação de valores à produção atual.

ACIT 008/92

AGREGAÇÃO DE ICMS / AGROINDUSTRIA
PRODUTO: ALGODÃO PREÇO - 20/02/92

Preço por/Kg	ICMS	Aumento
	17%	
Algodão		
Caroço:	434,00	73,78
Algodão Pluma	1.800,00	306,00 - 314.75%
Fio 24	4.800,00	816,00 - 166.67%
Tecido Cru s/ tingimento	6.000,00	1.020,00 - 25%
Tecidos		
Tingidos	12.000,00	2.040,00 - 100%
Confecção		
Pronta	25.000,00	4.250,00 - 108.33%
		5.660,37%

Observação:

- Os valores acima não estão considerados;
- A geração de empregos diretos nas unidades industriais;
- A geração de empregos indiretos nas

unidades industriais;

- Sub-Produtos, como o caroço de algodão; produz: Óleo-Torta;
- Tinturaria: ISS para o município

REQUERIMENTO Nº 237

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, após ouvido o Soberano Plenário, seja enviado ao Exmo. Senhor Secretário dos Transportes, DR. MARIO PEREIRA, expediente solicitando a construção de diversos abrigos em concreto, para parada de ônibus, em diversos pontos da Municipalidade do Município de Mallet.

De conformidade com a liberação unânime do Poder Legislativo do Município de Mallet, é de vital importância a construção de abrigos, considerando que é cada vez mais crescente o número de usuários do transporte coletivo, nos dias de hoje obrigados a ficar submetidos às intempéries climáticas.

Considerando a impossibilidade do Executivo Municipal realizar aquelas obras, arcando sozinho com seus custos, espera-se que essa conceituada Secretaria contribua com o necessário respaldo.

Sala das Sessões, em 18.03.92.

(a) TOTI COLAÇO

REQUERIMENTO Nº 238

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, após ouvido o Soberano Plenário que seja encaminhado ao Ilustríssimo Senhor Superintendente do DNER, regional do Paraná, o expediente solicitando a implantação de um TREVO, no local de acesso principal ao Distrito de Guamiranga, no Município de IMBITUVA, o alargamento da ponte sobre o Rio TIBAGI, na BR-373, que liga o Município de Ponta Grossa à Imbituva, bem como a implantação de redutores de velocidade nas proximidades daquela ponte.

Tais providências ficarão de bom tamanho, tendo em vista que naquela localidade, diversos são os acidentes automobilísticos, ceifando muitas vidas que por ali transitam.

Sala das Sessões, em 18.03.92.

(a) TOTI COLAÇO

REQUERIMENTO Nº 239

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, após ouvido o Soberano Plenário, que seja encaminhado ao Excelentíssimo Senhor Secretário de Esporte e Turismo, JOSE AFOSO JÚNIOR, o expediente pleiteando a liberação de QUINZE MILHÕES DE CRUZEIROS, para o término do GINÁSIO DE

ESPORTES DE GUAMIRANGA, no Município de IMBITUVA.

Esta reivindicação, é uma das mais antigas por parte daquela valorosa população, haja vista que a obra encontra-se em fase de acabamento, há mais de 03 anos, no aguardo dos recursos financeiros necessários para sua conclusão.

É necessário que se destaque, a existência de uma grande clientela juvenil, que aguarda com expectativa a conclusão daquela obra, para que possam realizar os seus esportes.

Neste sentido, aguardamos os devidos encaminhamentos para com a solicitação em pauta.

Sala das Sessões, em 18.03.92.

(a) TOTI COLAÇO

REQUERIMENTO Nº 240

Senhor Presidente.

Os Deputados que o presente subscrevem no uso de suas atribuições regimentais, REQUEREM, após ouvido o Plenário, que seja enviado expediente ao Sr. Rafael Iatauro, DD. Presidente do Tribunal de Contas do Estado do Paraná, solicitando dilação do prazo previsto para inscrições ao Concurso Público de Provas destinado ao provimento de 10 vagas do cargo de Técnico de Controle Contábil.

Tendo sido publicado o Edital nº 02/92 de convocação do Concurso no Diário Oficial nº 3.721, de 13/03/92, muito poucos candidatos se apresentariam para o pleito, pois além de o Órgão oficial ser pouco lido, ele acaba chegando às repartições com atraso. Na Assembléia Legislativa, por exemplo, ele chegou hoje, dia 18. E o prazo para as inscrições proposto no Edital encerra no próximo dia 20 deste.

Sendo assim, requeremos aos nobres pares a aprovação do envio do expediente solicitando a ser enviado por Fac-simili com urgência, a fim de que o DD. Presidente do TC possa analisar a proposta e ampliar o prazo de inscrições, abrindo a possibilidade de, diante de um quadro de tamanho desemprego, muitos outros paranaenses poderem se inscrever.

Solicitamos ainda que se dê publicidade ao Edital em algum outro órgão de informar de massa, com a Gazeta do Povo, por exemplo, a fim de que se alcance o objetivo pretendido com este requerimento.

Sala das Sessões, em 18.03.92.

(aa) OVIDIO CONSTANTINO,

ERNANI PUDELL e

DOUTOR ROSINHA.

REQUERIMENTO Nº 248

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas prerrogativas regimentais,

REQUER, envio de expediente ao Exmo. Sr. Presidente da República, Fernando Collor de Mello, ao Ministro da Agricultura, Sr. Antonio Cabrera, ao Ministro da Economia, Sr. Marcílio Marques Moreira, ao Presidente do Banco do Brasil, Sr. Lafaiete Coutinho, e ao Diretor da Carteira Agrícola do Banco do Brasil, Sr. Luiz Antonio Fayet, solicitando que o Governo autorize a compra da safra de milho e de outros produtos agrícolas, ou então, que libere recursos para a prática do EGF (Empréstimo do Governo Federal), com opção de venda, incluindo os produtores rurais que não financiaram a safra.

Sala das Sessões, em 18.03.92.

(a) OVIDIO CONSTANTINO

JUSTIFICATIVA:

Além das frustrações de safra, os produtores rurais deste país sofrem pela falta absoluta de uma Política Agrícola que venha contemplar suas reais necessidades.

A safra de milho está sendo colhida. Na região sudoeste 40% do milho produzido já está colhido. Assim, como aconteceu com a safra do feijão, o preço fixado pelo Governo é de Cr\$ 10.284,00, porém o produtor, pressionado por dívidas e compromissos, é forçado a vender o seu produto por valores que variam em torno de Cr\$ 8.000,00. Os recursos para o E.G.F. sem opção de venda, significam alto risco para quem opta pelo sistema.

Com certeza repetir-se-á o que já se tornou comum em todas as safras. Depois que o pequeno agricultor vender sua produção - pois não tem formas de armazenagem - o preço mínimo será respeitado, com toda a produção nas mãos de grandes grupos econômicos.

Outra denúncia é o fato de que só se paga preço mínimo para quem efetuou financiamento da safra, excluindo milhares de agricultores.

REQUERIMENTO Nº 198

Senhor Presidente.

Os Deputados que o presente subscrevem, no uso de suas atribuições regimentais, REQUEREM, após ouvido o plenário, as seguintes informações sobre o Sr. Nelson Emílio Marques, Médico envolvido nos escândalos de corrupção da Fundação Nacional da Saúde:

1. O cidadão acima citado é ou foi funcionário da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná?

2. Em caso positivo, qual é ou era a sua função, cargo ou lotação?

3. Durante o ano de 1991, qual foi a sua situação funcional? Ele recebeu remuneração da ALEP durante o período?

Sala das Sessões, em 18.03.92.

(aa) DOUTOR ROSINHA,

OVIDIO CONSTANTINO e

ERNANI PUDELL.

REQUERIMENTO Nº 218

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Douto Plenário, do Secretário da Indústria e Comércio, Ensino Superior, Ciência e Tecnologia, Doutor Maurício Fruet, o seguinte pedido de informação:

01. Quais as providências que o Governo do Estado do Paraná, através da citada Secretaria de Estado, já tomou em relação à reivindicação de que o gasoduto que irá transportar gás importado de outros países, adote a rota por Foz do Iguaçu;

02. Em relação a mesma questão, em função da evidência de necessidade de pressão para que o Paraná seja beneficiado, o que a citada pasta vem fazendo atualmente, nesse sentido;

03. Por fim, além da documentação técnica já enviada à Comissão que irá definir o roteiro do gasoduto, através da Companhia Paranaense de Energia (COPEL), existe, outros mecanismos em estudo para que o Estado do Paraná entre na rota do gasoduto?

Sala das Sessões, em 18.03.92.

(a) LOURENÇO FREGONESE

JUSTIFICATIVA:

A importância da inclusão do Paraná no roteiro de construção do Gasoduto que irá importar gás da Bolívia e da Argentina, com sua entrada pela cidade de Foz do Iguaçu, reside basicamente naquilo que o Estado tem de melhor e mais forte: desenvolvimento econômico equilibrado e regiões prontas para receber um estímulo que irá impulsioná-las rumo ao crescimento industrial. A disputa pela inclusão no roteiro já se encontra acirrada entre vários estados brasileiros, todos interessados nos benefícios que a utilização do gás trará para o desenvolvimento econômico. Entendemos que apenas com argumento em outros pontos do País, não conseguiremos incluir a rota pelo Paraná. Urge que o Governador do Estado, através da Secretaria da Indústria e Comércio, Ensino Superior, Ciências e Tecnologia, além de outros segmentos da sociedade, mostrem real empenho neste momento para a conquista da medida. Que o traçado do gasoduto passe pelo Paraná é imperioso, até porque ganhará o Brasil, através da economia de construção de mais de 100 quilômetros no roteiro. Por isso, solicitamos informações à mencionada Secretaria de Estado, no sentido de que possamos todos ficar cientes do que se fez e está sendo feito, além da possibilidade de adoção de novas gestões para o alcance deste objetivo. Pretendemos esclarecer a sociedade e empunhar essa bandeira, man-

tendo nosso princípio de que os interesses do Paraná sempre estão à frente de outros quaisquer. A informação é a melhor arma para termos sucesso naquilo em que nos empenhamos.

REQUERIMENTO Nº 233

Senhor Presidente.

O Deputado que subscreve o presente, usando de suas atribuições regimentais, após ouvido o Douto Plenário, REQUER seja oficiado ao Senhor Secretário dos Transportes, para que atenda ao seguinte PEDIDO DE INFORMAÇÕES:

1 - Na formação do preço das passagens, para as linhas cujas concessões pertencem ao Governo do Paraná, é considerada a receita proveniente do frete de encomendas?

2 - Há estudos mostrando quantitativos a respeito de encomendas, como quais linhas tem mais movimento, percentuais de peso, volume, dia da semana, receitas, e assim por diante?

3 - Há controle da receita, por parte das Empresas, através de algum órgão desta Secretaria?

4 - Que impostos são cobrados sobre fretes, a nível de Estado?

5 - Qual a legislação que cobre esta área, em termos de frete? (anexas cópias).

Sala das Sessões, em 18.03.92.

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

JUSTIFICATIVA:

Tem sido comum a queixa de usuários de linhas de ônibus que argumentam que o aumento das passagens supera em muito a inflação ou mesmo e principalmente, o salário. No entanto, não dispomos de informações que permitam analisar qual o comportamento da receita de encomendas, que sabidamente é imensa em algumas linhas, sofre os custos destas mesmas linhas. Ou seja, seria possível quantificar o valor da receita de encomenda e abater na elaboração do custo da passagem? Para que se faça uma detalhada e criteriosa análise, é importante que a Secretaria dos Transportes atenda ao presente Pedido de Informações.

REQUERIMENTO Nº 243

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições legais e regimentais, REQUER, após ouvido o Douto Plenário, o envio de PEDIDO DE INFORMAÇÕES ao SENHOR ROBERTO REQUIÃO, DIGNÍSSIMO GOVERNADOR DO ESTADO DO PARANÁ, objetivando esclarecimentos sobre o Edital de Prê-Qualificação de Empresas e Consórcios interessados em participar da concorrência para o PROJETO DE ENGENHARIA E ESTUDOS DE IMPACTO AMBIENTAL (CONTRATO C-01) DA USINA HIDRELÉTRICA DE SALTO CAXIAS, localizada no Rio Iguaçu, na divisa dos Municípios de Capi-

tão Leônidas Marques e Nova Prata do Iguaçu, no Estado do Paraná.

Sala das Sessões, em 18.03.92.

(a) ADEMAR TRAIANO

JUSTIFICATIVA:

O Estudo de Viabilidade de Caxias elaborado pela COPEL há mais de 10 anos deve ser reavaliado, até porque, a época de sua elaboração não havia legislação sobre o Meio Ambiente.

Esta reavaliação, à luz das Constituições Federal e Estadual, e tendo em vista a legislação do CONAMA (RESOLUÇÃO 006, de 16 de setembro de 1987, ART. 4º) podem indicar soluções diversas para a localização e/ou arranjo da Usina, e em decorrência poderá alterar significativamente os serviços a nível de Projeto Básico e Executivo.

PERGUNTA: Qual a razão de licitar a totalidade dos serviços de projeto sem a elaboração antecipada do RIMA, conforme exige a legislação em vigor ???

PERGUNTA: Como poderá uma empresa concorrente, orçar os serviços de projeto Básico e Executivo se não dispor de localização ou arranjo definitivo ???

Para se qualificar exige-se da empresa a experiência limitada em projeto de uma Usina de 150 MW, não compatível com a importância da obra em licitação.

PERGUNTA: Por quê colocar em risco a melhor aplicação dos escassos recursos existentes ???

PERGUNTA: Sendo os Estudos Ambientais de fundamental importância, qual a razão de não se exigir também experiência neste setor ???

A elaboração de uma Proposta Técnico-Comercial para serviços relativo à Obra deste porte exige um prazo de no mínimo 90 dias, fato óbvio, de conhecimento da COPEL, até para assegurar um bom desempenho posterior.

PERGUNTA: Por que foi dado apenas um prazo útil de aproximadamente 35 dias ???

Projetos de Lei:

PROJETO DE LEI Nº 060/92

A Assembléia Legislativa
do Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1º - Fica declarada de Utilidade Pública, a FRATERNIDADE FEMININA CRUZEIRO DO SUL, com sede e foro no Município de Jandaia do Sul.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 18.03.92.

(a) COSTENARO NETO

JUSTIFICATIVA:

O pedido de declaração de Utilidade

Pública para a Fraternidade Feminina Cruzeiro do Sul, torna-se necessário em razão das inúmeras atividades filantrópicas desenvolvidas pela entidade, principalmente no que se refere à colaboração junto às obras assistenciais do Município.

Tendo em vista as inúmeras dificuldades econômicas encontradas pelos seus membros para a manutenção de suas atividades, é imprescindível a declaração de Utilidade Pública, a fim de possibilitar a continuidade dos trabalhos de atendimento às pessoas carentes do Município.

A documentação necessária está anexada ao presente projeto.

Pelas razões expostas, espero o apoio dos nobres Parlamentares com assento nesta Casa de Leis.

PROJETO DE LEI Nº 061/92
A Assembléia Legislativa
do Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1º - O art. 1º da Lei nº 7292, de 28 de dezembro de 1979, passa a ter a seguinte redação:

"Art. 1º - Fica criado o município de CAFELÂNDIA, desmembrado do Município de Cascavel, com as seguintes divisas:

- Começa no Rio Melissa, no ponto de encontro da barra do Córrego Ubiratã, de onde sobe até sua nascente, daí segue por linhas secas e sucessivas pelos limites dos lotes nºs 188 e 189, da Gleba 10, da Colônia Pindorama, seguindo posteriormente pela divisa entre as Glebas 09 e 10, da Colônia Pindorama, até atingir o Córrego Anta Gorda, por este abaixo até encontrar a divisa entre os lotes 50 e 51, da Gleba 08, Perímetro B, defletindo à direita até encontrar a divisa entre os lotes nºs 37 e 38, da Gleba 8, perímetro B, e posteriormente defletindo para a esquerda até atingir a divisa entre os lotes 36 e 38 da mesma Gleba, deste defletindo para a direita até atingir a divisa entre os lotes 81 e 79 deste defletindo para a esquerda, até alcançar a divisa entre os lotes 57 e 160, deste defletindo para a direita até encontrar a divisa dos lotes 235 e 228, da Gleba 08, Colônia Pindorama e, posteriormente, defletindo à esquerda até encontrar o Rio Jesuítas, por este até encontrar os lotes 217 e 135, daí segue por linhas secas e sucessivas pelo limite dos lotes 222 e 216 da Gleba nº 06, e posteriormente defletindo à esquerda até encontrar a Água Barra Feia, por este segue até encontrar a divisa entre os lotes 225 e 234, da Gleba 6 e, posteriormente, defletindo à esquerda até encontrar a divisa entre os lotes 237 e 233, daí segue por uma linha seca até encontrar o Ramal Palmitópolis, defletindo à esquerda pelo Ramal Palmitópolis por linhas secas e sucessivas até encontrar a

Curitiba, quarta, em 18.03.92

divisa entre os lotes 10-A e 11 da Gleba nº 06, seguindo em sentido Leste até encontrar o Rio Verde, e por este acima, até alcançar o Córrego São Pedro e por este acima até a divisa da Chácara 118, e por esta até encontrar a Chácara 114 e por esta em direção Sudeste até o córrego, e por este acima até a divisa das Chácaras 63 e 62, e por esta em direção a Leste, até o Rio Jesuítas, e por este abaixo até a divisa das Chácaras 42 e 41, e por esta entre as Chácaras 42, 41, 43 e 40, até o Arroio Central, e por este acima, até a PR-14, e por esta em direção Norte até a Estrada dos Pinheiros, e por esta até o Rio Melissa, e por este abaixo até o Córrego Ubiratã, ponto de partida."

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 18.03.92.

(a) DOBRANDINO DA SILVA

PROJETO DE LEI Nº 062/92
A Assembléia Legislativa
do Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1º - Fica declarado de Utilidade Pública o COLEGIO DIOCESANO LEÃO XIII, com sede e foro na cidade de Paranaguá, neste Estado.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 18.03.92.

(a) LOURENÇO FREGONESE

JUSTIFICATIVA:

O Colégio Diocesano "Leão XIII", com sede e foro na cidade de Paranaguá, neste território estadual, foi fundado em 30 de dezembro de 1965, com a finalidade de educar e instruir as crianças e os jovens, oferecendo-lhes formação religiosa e intelectual, com o objetivo de formar um homem integral, com condições de enfrentar não só os seus problemas, como também auxiliar as pessoas que com ele convivem.

Louvamos a iniciativa das pessoas que dedicam uma vida inteira ao próximo, formando várias gerações, com o objetivo único e exclusivo de servir ao ser humano, proporcionando melhores condições de enfrentar as dificuldades do mundo em que vivem.

Convencidos pelo valioso trabalho que o referido estabelecimento de ensino vem prestando à comunidade parnanguara, apresentamos esta proposição, solicitando o apoio dos colegas Parlamentares, para que a mesma seja aprovada, no mais curto espaço de tempo possível.

PROJETO DE LEI Nº 63/92
A Assembléia Legislativa
do Estado do Paraná

D E C R E T A;

Art. 1º - Os aposentados e pensionistas de qualquer regime, poderão efetuar o pagamento das faturas de água, esgoto e energia elétrica, no Estado do Paraná, na data do recebimento dos seus proventos mensais sem acréscimo, juros, multas ou outro qualquer fator de correção, desde que até 30 (trinta) dias do vencimento.

Art. 2º - A data do recebimento do provento será comprovado mediante a apresentação do número do beneficiário, contra-cheque, cupom ou outro documento equivalente.

Art. 3º - O Poder Executivo regulamentará a presente lei dentro de 60 dias após a publicação.

Art. 4º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 18.03.92.

(a) JOÃO ARRUDA

JUSTIFICATIVA:

Não é preciso lembrar neste momento todo o problema envolvendo os aposentados no Brasil, as lutas jurídicas, as várias interpretações da mesma Constituição ou mesmo a amargura pelas reposições dos proventos.

Ora, o que se discute neste momento é a oportunidade que o Estado do Paraná pode dar às pessoas que mais necessitam neste instante, facilitando a data para pagamento das faturas de água, esgoto e energia elétrica. Assim, primeiro o aposentado recebe do órgão previdenciário e depois paga as sólidas empresas paranaenses que controlam os serviços já referidos.

Para evitar qualquer problema à administração, o projeto prevê ainda a regulamentação por parte do Poder Executivo, dentro de 60 (sessenta) dias, após a publicação da lei.

Por ser um projeto do mais alto interesse social, contamos com o apoio unânime dos demais Pares.

PROJETO DE LEI Nº 064/92

A Assembléia Legislativa
do Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1º - Fica concedido o título de Cidadão Benemérito do Paraná, a DUILIO LUIZ BENTO.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões em 18.03.92.

(a) HERMAS BRANDÃO

JUSTIFICATIVA:

Duílio Luiz Bento tornou-se, ao longo dos anos, referencial obrigatório dos políticos e administradores que procuram o Tribunal de Contas do Estado do Paraná.

Professor na Universidade Federal do

Paraná, há muitos anos presta serviços ao nosso Tribunal de Contas, onde, atualmente, exerce o cargo de Diretor da Diretoria de Contas Municipais do Tribunal de Contas do Paraná.

O curriculum vitae que acompanha a presente justificativa, é por si só, o relato vivo das atividades da cultura, e dos conhecimentos sobre a administração pública brasileira e de seu controle técnico, por parte do indicado ao título de Cidadão Benemérito do Paraná.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Não há expediente a ser lido.

Passa-se à Hora do Expediente.

No Pequeno Expediente, concedo a palavra ao Deputado Ovídio Constantino.

O SR. OVIDIO CONSTANTINO - Sr. Presidente, Srs. Deputados,

Nós ouvimos e vimos a imprensa falada a escrita, televisada em nosso Estado, noticiar aos quatro cantos do Paraná a vinda do Sr. Ministro da Agricultura para o Paraná, para dar início à colheita da safra de milho no Paraná.

Ouviu-se há alguns dias e se ouve até hoje, abundantes discursos sem nenhuma novidade para os pequenos agricultores do nosso Estado e do País inteiro, que é a grande maioria. O pacote agrícola anunciado pelo Presidente Collor, isto no dia 12 de março e pelo Ministro Cabrera, foi prodígio de discursos, mas muito pobre em medidas de apoio à pequena agricultura, que constitui a grande maioria da população rural brasileira. Antes de mais nada é preciso até corrigir o discurso de Suas Excelências.

Eles dizem que o aumento da safra de grãos, deve-se à política agrícola do Governo. Bastante dinheiro para o crédito rural e preços mínimos estimulantes, além de outras medidas anunciadas no ano passado, que teriam sido os principais responsáveis pela colheita abundante que o País terá ou está tendo.

A verdade no entanto é bem outra, na nossa avaliação o Governo está querendo colher o que não plantou. Se dependesse dos incentivos e daquilo que o Governo fez e faz para a agricultura estaria muito distante do que está ocorrendo em nosso País hoje nesta safra agrícola. A boa safra deve-se sobretudo às excelentes condições climáticas verificadas nas principais regiões produtoras do País.

Há muitos anos que o tempo não ajudava tanto e que o tempo correria normal para que uma grande safra pudesse acontecer em nosso País.

As melhores provas de que a política agrícola não é determinante para essa boa safra são os números que podemos citar.

A área de plantio aumentou em apenas 1% nesta safra. A utilização de insumos, sementes selecionadas e fertilizantes foi semelhante à safra anterior, nada mais.

Em 1991, a compra de máquinas, tratores e equipamentos para a agricultura foi bem menor do que em 1990. Além disso, não há super safra como anuncia o Ministro da Agricultura a todos os cantos deste País. Não há milagre nenhum. Portanto, se a colheita é boa, a responsabilidade é dos agricultores que sabem trabalhar e podemos dizer, de São Pedro, que cuidou do tempo, mas muito mais dos agricultores que, além de São Pedro, investiram e procuraram dar resposta a essa política agrícola do Governo, que normalmente só anuncia pela televisão o que vai fazer para a agricultura, mas que na prática nada acontece ou muito pouco acontece. É necessário também se esclarecer que a boa safra agrícola ajuda, mas não garante a redução da inflação, como quer o Governo.

Acontece que o aumento da produção diminui os preços recebidos pelos agricultores, mas o preço pago pelos consumidores depende principalmente dos oligopólios das agroindústrias. Todo mundo sabe que nas condições brasileiras as empresas oligopolistas não reduzem os preços nem quando a recessão derruba a demanda. No caso atual, os preços baixos dos produtos primários estão sendo parcialmente neutralizados pelos aumentos do custo de transporte. O frete é caro demais, as estradas estão cheias de buracos e o Governo está aumentando o preço do óleo a cada mês acima do preço da inflação, o que não diminui o custo de produção e o custo para os produtores e também não fará baixar, não é suficiente para baixar a inflação.

O pacote anunciado pelo Governo dá como seus principais beneficiados os armazenedores corruptos, as grandes cooperativas, as empresas que fazem irrigação das lavouras e os que operam nas bolsas de mercadoria.

Para os pequenos agricultores, sob a possibilidade de receberem gratuitamente, sem contar o frete, é claro, sobra apenas parte das vinte milhões de toneladas de gesso que a PETROFERTIL distribuirá nos Estados de Minas Gerais, São Paulo e Santa Catarina, que é um resíduo das indústrias de adubo fosfatado.

O preço mínimo, o preço do mercado da maioria dos produtos agrícolas está bem abaixo do preço mínimo, principalmente no caso do feijão, do milho, do algodão e do arroz. Foi o que na comercialização do feijão nós aqui apresentamos um requerimento enviando a nossa preocupação e a desta Casa, ao Presidente da República, ao Ministro da Agricultura, Presidente do Banco do Brasil, sobre a comercialização

do feijão, o que estamos fazendo da mesma forma hoje quanto ao milho e aos outros produtos.

O pacote anunciado não tem nenhuma medida concreta para mudar o quadro da aquisição do produto pelo Governo Federal. O Governo vai comprar apenas 3,2 milhões de toneladas, a grosso modo da safra, o grosso da safra, apenas 5% que o Governo comercializa com esses valores, 95% será comercializado de acordo com as condições de mercado.

A prova disso é que hoje, hoje mesmo consultando algumas regiões do nosso Estado, o milho está sendo vendido a menos de 8 mil cruzeiros, quando o preço mínimo garantido pelo Governo é de 10.284 cruzeiros. O algodão, quando o preço mínimo garante 7.853 cruzeiros a arroba, se vende a 5, 6, 7 mil cruzeiros a arroba em algumas regiões do nosso Estado.

Esta preocupação não é contemplada no pacote do Governo. Na prática, os 300 bilhões de dinheiro novo anunciado pelo Governo Federal, nesta safra serão destinados aos clientes especiais, isto é, às grandes cooperativas, a empresários rurais, os pequenos agricultores que produzem alimentos básicos, arroz, feijão, milho, mandioca, soja, etc, terão um EGF, com opção de venda, equivalente ao débito de custeio, apenas os que financiaram a produção no banco. Vale dizer que o dinheiro que o Governo dispõe a mais do que o já anunciado são apenas 300 bilhões de cruzeiros, o que é suficiente apenas para comercializar a safra de milho de Santa Catarina, enquanto o restante do País nada de novo tem neste alarde todo que se faz com o pacote agrícola, e o Ministro vem fazer festa no Paraná.

Alertamos aqui naquele debate com o Dr. Fayet, Presidente da Carteira Agrícola do Banco do Brasil, quando a equivalência contemplava na política do Banco do Brasil só para que os que financiam a produção. Ele anunciava isso aqui, o que nós questionamos. E aqueles que não querem saber do banco, aqueles pequenos agricultores que já estão de "saco cheio" - podemos dizer assim - com a exploração bancária, o que será feito deles sem nenhuma garantia de comercialização das suas safras porque eles não têm financiamento nos bancos? Alertávamos isso ao Diretor de Crédito do Banco do Brasil naquele dia aqui, e agora aqui está a prova novamente, quando aqueles que não financiam não tem nenhuma garantia, e são obrigados a venderem os seus produtos a preços aviltados e serem submetidos à exploração dos intermediários.

Quando eu alertei aqui há alguns minutos que o pacote ajudava em grande parte os grandes empresários corruptos pela seguinte forma: o pacote determina agora de

que a CONAB vai renegociar as dívidas de 4 mil empresas armazenadoras do País e recadastrá-las para armazenar a safra de grãos na Região Centro-Oeste.

É bom esclarecer, Srs. Deputados, que a maioria dessas empresas inadimplentes foi descadastrada na última safra por fraudes, quebras anormais e desvios de produtos depositados em seus armazéns e, por isso, foram descredenciadas. Agora sem nenhuma penalização, o Governo investe ou determina 40 bilhões de cruzeiros para a prorrogação das dívidas desses corruptos e, além disso, credencia novamente sem nenhuma fiscalização. Há mais de 8 mil processos contra os empresários corruptos que, agora, além de terem refinanciado as suas dívidas, vão receber uma tarifa de armazenagem muito maior pelo Governo Federal na atual safra.

Aí se percebe o envolvimento ou a falta de responsabilidade do Governo Federal, ou melhor, podemos dizer, o propagandismo de um pacote agrícola que quase nada vem a mudar a realidade da agricultura do Paraná e do País.

O preço mínimo, da mesma forma como o do milho e o do feijão, outros produtos estão sem nenhuma garantia. O dinheiro para investimento anunciado pelo pacote, através do Banco do Brasil, destina apenas 200 bilhões para financiar a aquisição, transporte e aplicação de calcário, por conta desse dinheiro que já havia sido anunciado anteriormente. Portanto, não é novidade nenhuma e, além disso, este dinheiro anunciado novamente como conjunto do pacote, o que não é verdade, vai apenas dispor de calcareação de apenas 625 mil hectares de terra no País, aplicando 5 toneladas por hectare.

Então, Sr. Presidente, Srs. Deputados, a nossa preocupação é de que em muitos momentos nesta tribuna temos levantado essa preocupação de que os pequenos agricultores ficam novamente à margem do processo. Um dado a mais podemos dizer que já denunciei aqui em outras oportunidades o pacote que eleva a classificação do pequeno produtor, classifica de pequeno produtor aquele produtor que produziu na última safra um valor bruto de até 60 milhões de cruzeiros. Isto corresponde a 5.835 sacas de milho. 90% dos proprietários de terras e dos produtores rurais do nosso Estado, eu posso afirmar que são pequenos produtores de até 50 hectares de terra. Mais da metade desses 90% são produtores de até dez hectares de terra, o que em nenhum momento, um pequeno produtor chegará à colheita de seis mil sacas de milho numa pequena propriedade. Isto quer dizer que os recursos são novamente destinados aos médios e grandes produtores, o que questioneei com razão, confirmado agora, o senhor

da carteira de crédito agrícola aqui, naquele debate nessa Assembléia, quando sabemos que a produção de alimentos da cesta básica desse País, é feita nas pequenas propriedades e o pacote não contempla. Muito pelo contrário, joga para a valeta, joga para o lixo cada vez mais, o pequeno produtor, sem nenhum incentivo para que permaneça na propriedade produzindo alimentos para o nosso povo.

Concedo aparte ao Deputado Cezar Silvestri.

O Sr. Cezar Silvestri - Quando o Senhor fala que houve aumento de 1% apenas, na área plantada do Paraná, houve um pequeno avanço, mas na verdade, o que ocorreu foi um grande aumento na quantidade de grãos produzidos em função da opção que o agricultor do Paraná teve no plantio da área de milho. Todos vocês sabem que um hectare de milho produz o dobro do que produz um hectare de soja. Então a quantidade realmente, foi a metade.

Gostaria de dizer que eu discordo da discriminação que vem sendo feita ao longo do tempo pelo Banco do Brasil, com relação ao pequeno, ao médio e ao grande produtor. Eu acredito que todos devem ser tratados como produtores rurais. Eu acho que em um país em desenvolvimento, o pequeno sempre quer tentar chegar a ser médio e o médio quer tentar ser grande. Isso é natural. E eu discordo dessa discriminação que vem ocorrendo ao longo do tempo, pelo Banco do Brasil.

O SR. OVIDIO CONSTANTINO - Na realidade, Deputado Cezar Silvestri, a discriminação é verdadeira, quando 90% dos proprietários do País são pequenos produtores...

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - (Faz soar os tímpanos).

O SR. OVIDIO CONSTANTINO - Eu quero concluir, mas, como em muitas outras oportunidades, muitos oradores ultrapassam no tempo, solicito mais um minuto para conclusão do meu pronunciamento.

(Assentimento).

Quando 90% das propriedades são pequenas e esses produtores recebem apenas 33% do critério rural, é visível uma discriminação nesse sentido, porque o número de proprietários, são muito menores os recursos jogados nessas propriedades que em área de terra, proporcionam a equivalência aos grandes produtores.

Para encerrar, eu gostaria de pedir aos Deputados apoio ao nosso requerimento de preocupação, às autoridades da área, para que se libere com urgência, em empréstimos com IGF com opção de venda, transformação do IGF pelo Governo, da sa-

fra de milho, para que os pequenos produtores que não financiaram a sua produção, tenham condições de receber o preço mínimo que é aquilo que o Governo garante mas não compra o produto, porque não dispõe de verbas e sim, relocalam verbas aqui para outras áreas que não serão as mais necessárias para garantir um preço justo para o produtor no nosso Estado e nosso País.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - No Pequeno Expediente, concedo a palavra ao Senhor Deputado Albino Corazza.

O SR. ALBINO CORAZZA - Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Queremos, praticamente, dar continuidade ao pronunciamento do colega Ovídio Constantino que falava da agricultura, do pacote, das dificuldades que existem na comercialização dos produtos e queria acrescentar mais um dado, que o Ministro da Agricultura, ontem, em Cascavel trouxe à tona, a respeito da cultura do trigo. O Ministro agora reafirma que vai tentar cancelar os contratos de importação de trigo da Argentina, dizendo que esses compromissos de importação de trigo, não existe nada em contrapartida para que a Argentina importe produtos brasileiros. E afirmando que está na hora de plantar trigo, mais uma vez, depois de tantos prejuízos, tantas reclamações, onde os plantadores de trigo tiveram que alimentar os porcos porque não tinham mercado para o nosso trigo, enquanto aqui chegava o trigo da Argentina.

Temos esta afirmação. Agora, cabe mais uma vez questionar e indagar se esta afirmação é para valer ou se é para, apenas e, mais uma vez, iludir o triticultor paranaense, para plantar trigo e, futuramente, talvez o Ministro já seja outro e os problemas que estão acontecendo, hoje, continuem a acontecer.

Mas, nós queremos usar esta Tribuna para dizer que a nossa agricultura somente terá solução e viabilidade quando pudermos, ao invés de produzir e exportar grãos, produzir grãos e matéria prima e exportar o produto industrializado. Nós até tínhamos elaborado um anteprojeto de lei para que se discutisse e aprovasse, no Paraná, incentivos para a agroindústria do Paraná.

Temos em mãos, aqui, um parecer da Secretaria de Finanças dizendo que o Estado do Paraná já tem uma Lei aprovada por esta Assembléia, no final do ano passado, de autoria do nosso Presidente, onde dá total poder ao Executivo para criar incentivos à industrialização do Paraná. Então, nós estamos hoje, dando entrada em um Requerimento, solicitando ao Governador do

Paraná, com cópia aos Secretários da Fazenda, da Indústria e do Comércio e da Agricultura, para que regule esta Lei, aprovada por esta Assembléia, dando incentivos para que a matéria prima produzida pela nossa agricultura possa ser aqui industrializada, desta forma aumentando o valor agregado, criando novos empregos e viabilizando a nossa agricultura, porque a incerteza que existe quanto à viabilidade da agricultura se arrasta por longos anos.

E nós temos, aqui, e queremos trazer ao conhecimento dos nobres colegas, em 1º lugar, uma notícia dizendo que o nosso Secretário da Agricultura, na sua viagem à China, iria tentar exportar, vender aos orientais, 50 mil toneladas de algodão excedente da produção paranaense.

E nós levantamos, aqui, junto a uma indústria de fiação de algodão que existe em Toledo, a COPAGRO, onde temos os valores agregados; e se nós, ao invés de exportar algodão, exportarmos o fio ou exportarmos o tecido, ou até exportarmos a confecção pronta, o preço do quilo do algodão caroço está em Cr\$ 434,00. Se este algodão for transformado em algodão pluma, o preço se elevaria a Cr\$ 1.800,00. Se for transformado em fio, em Cr\$ 4.800,00. Se for transformado em tecido...

Senhor Presidente, eu peço para ocupar o Horário da Liderança do PDT para darmos continuidade ao nosso pronunciamento.

Se nosso tecido, ao invés de algodão em caroço for vendido em tecido, o preço passaria para Cr\$ 6.000,00. E se nós fizermos o tingimento deste tecido, dobraria o valor para Cr\$ 12.000,00. E este mesmo quilo de algodão, transformado em confecção, teria o valor de Cr\$ 25.000,00. O que quer dizer que nós iríamos multiplicar o valor agregado de um quilo de algodão em 5 mil e 600 vezes por cento, o que geraria 5 mil vezes mais de riqueza dentro do nosso Estado, aumentaria a nossa arrecadação na mesma proporção e criaríamos, então, milhares de empregos a todos os paranaenses.

Por isto, este nosso Requerimento, onde exemplificamos o algodão. Nós sabemos que as outras matérias primas também agregam valores considerados. E sabemos, inclusive, da posição do nosso Governador contra qualquer incentivo. Ao respeitarmos esta posição do Governador, queremos que o Paraná não dê incentivos ou privilégios a qualquer um, mas dê oportunidade para que os nossos agricultores possam não só produzir a matéria prima, mas transformá-la em matérias industrializadas, e desta forma viabilizando a agricultura, porque sabemos que o agricultor, quando tem o produto para vender, pede ao comerciante o quanto ele paga. Mas, se ele tivesse o produto industrializado, o próprio agricultor é que colocaria o preço e teria o

seu retorno, o retorno do seu trabalho.

Nós também queremos que o Governador reestude a sua posição. E sabemos que a nossa sugestão é no sentido, por exemplo, de que a matéria prima tenha um crédito presumido e se cobre o ICMS, então, sobre o acréscimo do valor desta matéria prima industrializada. Desta forma, acreditamos que o Estado não teria perda de receita. Ao contrário, teria oportunidade de aumentar a sua receita, de multiplicar os valores. Desta forma, viabilizaria a agricultura.

Concedo aparte ao nobre Deputado Colombino Grassano.

O Sr. Colombino Grassano - Em primeiro lugar, Vossa Excelência poderá usar do Horário do Partido Liberal para concluir seu raciocínio, o seu bellissimo discurso.

Em segundo lugar, gostaria que Vossa Excelência, cujo discurso é tão bom e que retrata a realidade brasileira, mas vamos nos ater aos problemas do Paraná, cujos problemas temos o compromisso de resolvê-los.

Eu não sei por que do entusiasmo das autoridades governamentais, e muito especialmente da Secretaria da Agricultura, com relação ao MERCOSUL. Na minha ótica, o MERCOSUL para a agricultura e para a pecuária paranaense é um desafio. Nós não temos, hoje, poder de competição com a Argentina, em trigo. Não temos poder de competição em carne. Hoje, só poderemos competir no mercado com artigos industrializados e para o País é tão ruim este MERCOSUL, que estamos trocando um mercado de 150 milhões de consumidores que é o Brasil pela Argentina, Paraguai, Uruguai, que somados não atingem a 40 milhões de consumidores.

Então, o que é que tem que fazer o Governo, principalmente do Paraná, onde tem compromissos com a sociedade e com os produtores, o Governo deveria aproveitar e agir, sem fazer política, na regulamentação do artigo 205 da Constituição Federal; Projeto apresentado pelos Deputados Algaci Túlio e Emília Belinati, no sentido de que transformemos este órgão, que seria o de pesquisa e tecnologia, num órgão eminentemente técnico, sem qualquer influência política, para que pudéssemos dar um estímulo à pesquisa e à tecnologia. Se não tivermos condições de aumentar a produtividade, se não tivermos tecnologia, não adianta competirmos no mercado internacional. Enquanto o Japão gasta do seu PIB quase que 8% em tecnologia e pesquisa, no Brasil o percentual é de 0,0001. E o Governo alega que não pode destinar 2% da receita tributária porque já investe nas universidades e nos centros de pesquisa, como o IAPAR, é um puro engano. Nós quere-

mos que ele continue investindo no IAPAR, que continue oferecendo recursos para as nossas Universidades e Faculdades, nós queremos acima de tudo ter um órgão de pesquisa e tecnologia que nos permita trabalhar com seriedade sem os tropeços naturais das eleições governamentais, mas de um órgão acima de qualquer interesse político-partidário, somos ou não somos responsáveis pelos atos que praticamos aqui neste Estado e nesta Assembléia Legislativa.

Nós só poderemos ir para o MERCOSUL no setor agrícola e na pecuária, se tivermos condições de competir e essas condições Vossa Excelência que é de uma região eminentemente agrícola, sabe que não temos essa condição. De modo que, temos que nos preparar para enfrentar esse mercado. Estamos trocando um consumo de 150 milhões de pessoas por um mercado consumidor de 40 milhões nas condições mais críticas possíveis. Era o aparte que eu tinha que dar a Vossa Excelência e me parabenizando com Vossa Excelência pelo alto sentido que está dando ao seu discurso. Discurso sério, responsável, porque aqui nós temos que agir dessa forma, como age Vossa Excelência. Meus cumprimentos pelo bellissimo discurso que Vossa Excelência está proferindo nesta tarde na Assembléia Legislativa.

O SR. ALBINO CORAZZA - Eu quero agradecer na cessão do tempo do PL para cumprir o nosso pronunciamento e concordar com o Deputado Colombino Grassano, quando levanta as dúvidas e o questionamento que existe quanto ao MERCOSUL.

E por falar em MERCOSUL, as dúvidas são tão grandes que a gente tem ouvido pela imprensa muitos seminários, congressos que acontecem para esclarecer essas dúvidas. E nós queremos, aproveitando essa oportunidade, registrar mais um Seminário Internacional do MERCOSUL, que vai se realizar de 26 a 28 de março próximo em Toledo, promovido pela Prefeitura, pela Associação Comercial, pela CACIOPAR, onde importantes palestras e debates se farão em torno do que vai acontecer com o Paraná e principalmente com o Oeste do Paraná com o MERCOSUL que está se avizinando. Quero ceder agora um aparte ao nobre colega Cezar Silvestri.

O Sr. Cezar Silvestri - Deputado Albino Corazza, fico feliz de ouvir o aparte do Deputado Colombino Grassano, pois com relação ao MERCOSUL e tínhamos sido os únicos Deputados que tínhamos levantado essa preocupação.

Realmente é de preocupar e eu ainda emendaria o aparte do Deputado Colombino Grassano, dizendo que não é somente a preocupação com o setor de pesquisa, que

devemos ter. Nós, para podermos competir com um País como a Argentina ou Uruguai, deveríamos rever a questão tributária da agricultura, a questão dos fretes e também a questão portuária.

Hoje no Brasil temos os fretes mais caros do mundo, temos uma das despesas portuárias mais caras do mundo, também logicamente nada de incentivo no setor de pesquisa. Fica aqui, também, a esperança Deputado Corazza, de que o Governador, após essa sua visita a um País como o Japão, um País dos mais industrializados do mundo, onde lá se incentiva a agroindustrialização, que a partir dessa viagem o Governador volte sensibilizado e desenvolva um programa de incentivo à agroindustrialização que é de fundamental importância para a agricultura do Paraná.

O SR. ALBINO CORAZZA - Agradeço o aparte e quero dizer que realmente é um conjunto de fatores e atividades que vêm onerar os custos da nossa produção, o transporte, o porto e a saída é o investimento à ciência e tecnologia. E nós acreditamos que o Paraná que é o maior produtor agrícola deste País, e o que mais sofre as consequências da crise da agricultura, da falta de uma política nacional, estável, que tenha condições de planejamento na nossa agricultura, não tem outra saída senão agroindustrializar a sua produção, transformar a nossa matéria prima em produtos manufaturados, aumentar o valor agregado, criar novos empregos e dessa forma transformar e aumentar a riqueza do Paraná.

O Paraná é o Estado mais viável desse País, é importante que as autoridades, e todos nós que temos responsabilidade aqui nessa Assembléia, possamos contribuir para que o Paraná seja um Estado estável, rico, e que o povo do Paraná seja o grande beneficiário das riquezas que este mesmo Paraná produz.

Nós acreditamos que estamos, desta forma, contribuindo com o Poder Executivo, para que aproveite este momento de safra agrícola para criar incentivos para a agroindústria. E nós até acreditamos mais, estamos sugerindo ao Governador do Estado, por que não, que se crie uma Secretaria Especial da Agroindústria, pois sabemos que é uma prioridade do Estado e a agroindústria é a fonte de receita para resolver os problemas prioritários da Saúde, Educação e Segurança, e o Paraná vai, inclusive, aumentar a sua receita.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Encerrado o Pequeno Expediente, no Grande Expediente concedemos a palavra ao Senhor Deputado Ademar Traiano.

O SR. ADEMAR TRAIANO - Senhor Presidente, Senhores Parlamentares.

(LÊ): "Senhoras e Senhores.

Notícias vindas do Norte e Nordeste do País nos dão conta de que a cólera está sendo disseminada pelos rios, caminhos naturais da vida, mas que pela degradação do homem, transformaram-se em caminhos artificiais da morte.

Estas notícias coincidem com a publicação, pela Companhia Paranaense de Energia Elétrica - COPEL, do edital de pré-qualificação de empresas e consórcios interessados em participar da concorrência para o projeto de engenharia e estudos de impacto ambiental da Usina Hidrelétrica de Salto Caxias, localizada no Rio Iguaçu, na divisa dos Municípios de Capitão Leônidas Marques e Nova Prata do Iguaçu, no Estado do Paraná.

Ninguém mais do que eu deseja a construção desta Usina. Entendemos que Caxias constitui-se em uma obra da maior importância para o Sudoeste do Estado, e que, seus inevitáveis prejuízos ao meio ambiente, podem ser evitados com planejamento eficiente e determinação de recuperar o que for destruído. Nossa argumentação visa única e exclusivamente o cumprimento da lei, a qual determina a elaboração prévia do Relatório de Impacto Ambiental - RIMA, para a instalação de obra ou atividade potencialmente causadora de significativa degradação do meio ambiente. Assim procedendo, estaremos impedindo que no futuro, mais uma vez as esperanças do nosso povo caiam por água abaixo, a exemplo do que aconteceu com o episódio da Estrada do Colono, no Parque Nacional do Iguaçu. Nesta ocasião, embora não houvesse legislação determinando a elaboração prévia do RIMA, a ação movida no sentido de impedir a construção da estrada prosperou e a justiça acabou por decretar a interdição da obra. A par disto, também gostaríamos de destacar a existência de algumas cláusulas do edital que induzem a dúvidas no que diz respeito à transparência do procedimento, motivo pelo qual cumpre-nos alertar o povo do Paraná para que as providências cabíveis sejam reclamadas do Governo do Estado, o qual constantemente tem demonstrado zelo com a seriedade de seus atos administrativos.

Senhoras e Senhores.

O edital coloca em licitação, de uma única vez, os estudos básicos de engenharia, os de meio ambiente, e o projeto executivo e de acompanhamento da construção da usina, no valor equivalente a algo em torno de quarenta e três milhões de dólares, ignorando por completo o que recomenda a interpretação conjunta das Constituições Federal e Estadual. Ignorou, desta forma, o Art. 255 da Constituição Federal

que exige para a instalação de obras do gênero Estudo Prévio de Impacto Ambiental, a que deve ser dada publicidade; o Art. 209 da Constituição Estadual que exige, além do RIMA, a aprovação da Assembleia Legislativa; o Art. 162 da Constituição Estadual que determina a exigência de acompanhamento e fiscalização da Assembleia Legislativa para o aproveitamento energético dos recursos hídricos e, finalmente, o Art. 163 da Constituição Estadual que prioriza a construção de pequenas usinas.

Ora, a Assembleia Legislativa, sabedora do interesse do Governo do Estado em firmar as qualidades da sociedade paranaense, tais quais, nosso respeito ao estado democrático de direito e a maneira equilibrada de preservar a qualidade de vida e do meio ambiente, não pode omitir-se do dever de detectar as ilegalidades apontadas, reivindicando da forma mais veemente possível, o cumprimento das Constituições Federal e Estadual.

Por que contratar todo o pacote de projetos de uma única vez, com custo aproximado de quarenta milhões de dólares, sem antes sabermos com exatidão quais serão as consequências para o meio ambiente e a comoção social que esta grande usina causará?

Por que contratar todo o pacote de projetos de uma única vez, ao invés de contratar a elaboração prévia do RIMA, dando cumprimento a lei, o que implicaria em gastos da ordem de dez milhões de dólares?

Por que nos alijar da discussão prévia sobre o impacto ambiental de Caxias, quando sabemos que ao invés de uma grande usina, é possível a construção de duas ou três de médio porte e que poderiam representar a salvação de milhares de hectares das terras mais produtivas do Paraná?

São perguntas sem resposta.

A verdade é que, mesmo que pudéssemos desconsiderar as ilegalidades, causa-nos surpresa o descaso com que a COPEL está tratando todo o problema ambiental que envolve a construção de Caxias. Os trabalhos da COPEL que optaram pela construção de Caxias Alta, uma usina de grande porte, foram preparados com base em um projeto de viabilidade feito há 10 anos, quando não havia legislação regulamentada sobre a proteção ambiental em obras do gênero. Na realidade, a COPEL está simplesmente impondo a construção de uma usina de grande porte, com base em estudos de impacto ambiental completamente desatualizados e desconsiderando o fato de que a elaboração de um novo RIMA, baseado em dados mais recentes e confiáveis sobre o rio Iguaçu, pode inclusive recomendar alterações na disposição e na localização definitiva da bar-

ragem de Caxias.

Que garantias a COPEL pode dar ao povo do Paraná de que a elaboração de um novo RIMA, baseado na legislação vigente e em dados mais atualizados, vai recomendar, a exemplo dos estudos realizados há 10 anos, a construção de uma grande barragem (Caxias Alta) sobre o rio Iguaçu e não a construção de duas ou mais usinas de porte médio, tal qual prioriza a construção estadual, salvando a rica e dádiosa terra paranaense?

Esta Assembleia tem sido teatro e palco de discussões dos prejuízos que as usinas já existentes causaram, porque o regime ditatorial de então, dava aos tecnocratas o arbítrio de decidirem sobre o destino das pessoas.

A democracia restaurou o primado da pessoa humana e com ele o respeito à natureza e à qualidade de vida que estas pessoas desejam. No ano da Eco/92, quando especialistas de todo o mundo estarão reunidos no Rio de Janeiro para debater como alcançar o desenvolvimento sem destruir o meio ambiente, para que potenciais agressões ao ecossistema não sejam concretizadas, contrariando os interesses nacionais e mundiais, inclusive com desperdício de dinheiro público, a elaboração prévia do RIMA da Usina de Caxias é indispensável.

Assim sendo, para encerrarmos esta parte do discurso, tendo em vista o fato de que a construção de hidrelétricas causam perturbações ao meio ambiente, como a relocação de parcelas da população, interrupção de processos produtivos e destruição de redutos silvestres, gostaríamos que esta Assembleia encaminhasse ao Senhor Governador do Estado, requerimento contendo pedido de informações, que entre outros assuntos questiona a não realização prévia do RIMA da Usina de Salto Caxias, contando para isso com o apoio dos nobres Pares.

Concedo aparte ao Deputado Lourenço Fregonese.

O Sr. Lourenço Fregonese - Dado a gravidade do problema que o Senhor levanta desta tribuna, por que não convocar o Presidente da COPEL para explicações nesta Casa?

O SR. ADEMAR TRAIANO - Agradeço o aparte de Vossa Excelência, e no final do nosso pronunciamento estaremos encaminhando à Presidência, para encaminhamento à COPEL, um pedido de informações, para que possa elucidar algumas dúvidas com relação a esse edital de concorrência a esta Casa e, se for necessário, a convocação do Senhor Presidente da COPEL para prestar os esclarecimentos devidos a este edital.

O Sr. Colombino Grassano - Vossa Excelên-

cia permite um aparte?

(Assentimento).

Indo ao lado do Deputado Fregonese, eu queria solicitar de Vossa Excelência que convocasse mesmo, o Senhor Presidente da COPEL.

Em primeiro lugar, porque os requerimentos que nós estamos enviando às Secretarias de Estado e órgãos públicos, não são respondidos dentro do prazo legal, dentro do prazo constitucional e do Regimento Interno.

Tenho tido um sem número de problemas na Comissão de Constituição e Justiça, porque quando há qualquer matéria em diligência, o que ocorre: os órgãos governamentais demoram 3, 4, 5 meses a prestarem as informações necessárias.

O assunto que Vossa Excelência traz a esta Casa nesta tarde, é muito sério, ainda mais dentro de um período em que se respira ecologia em todo País, às vésperas da ECO-92 no Rio de Janeiro.

Então, nós, em vez de pedir informações, Vossa Excelência tem poder regimental de convocar o Senhor Presidente da COPEL que, naturalmente, traria aqui os técnicos, e ele mesmo prestaria os esclarecimentos necessários para que a Assembléia Legislativa ficasse a par do que está realmente acontecendo e se há omissão por parte da COPEL.

O SR. ADEMAR TRAIANO - Agradeço o aparte do Deputado Colombino e concedo aparte ao Deputado Toti Colaço.

O Sr. Toti Colaço - Aproveitando os apartes anteriores, gostaria de sugerir a Vossa Excelência que, em vez de convocação - tendo em vista que é um assunto que Vossa Excelência está trazendo hoje para conhecimento da Casa - fosse enviado um convite, porque nós, paranaenses, não podemos negar a qualidade do trabalho da prestação de serviços que a COPEL vem realizando em todo nosso Estado.

A COPEL tem sido até, em alguns determinados momentos, tomada como exemplo em todo nosso País, principalmente pelo fato e da forma com que foi construída a Usina de Segredo.

Então, eu sugeriria a Vossa Excelência que, em vez de entrar com requerimento de uma forma convocatória, convocando o Presidente da COPEL - que Vossa Excelência que foi Prefeito e conhece o trabalho, a competência, a qualidade do gerenciamento desta Empresa do Estado do Paraná, que é orgulho para o Paraná - que pudesse enviar um convite. E eu sugeriria, inclusive ao próprio Presidente da C.C.J., Deputado Colombino Grassano - ao qual tenho um grande respeito - que não fosse em forma de convocação, fosse em forma de convite, para

poder esclarecer tecnicamente o que Vossa Excelência acaba de colocar para nós aqui, nesta tarde.

O SR. ADEMAR TRAIANO - Agradeço o aparte do nobre Deputado Toti Colaço, e quero dizer que este Parlamentar não discorda da função social e da importância da COPEL no contexto estadual, mas estamos procurando trazer à tona um assunto que, com certeza, haverá de fazer com que este Parlamento não fique afastado daquilo que está previsto na Constituição Estadual e Federal e que, com certeza, a COPEL tenha falhado e se entenderem que tenham cometido erro, voltem atrás.

Este é o nosso objetivo, e usando das prerrogativas regimentais, estaremos acatando a opinião do Deputado Colombino, convidando então, o Presidente da COPEL, para participar de um debate amplo com os Parlamentares, trazendo as explicações necessárias para sanar as dúvidas com relação a este edital.

Continuando, gostaríamos de dizer ainda, antes de encerrarmos o nosso discurso, que tendo em vista o fato de que a construção de hidrelétricas causem perturbações ao meio ambiente, como a relocação de parcelas da população, interrupção de processos produtivos e destruição de redutos silvestres, gostaríamos que esta Assembléia encaminhasse ao Governador do Estado, requerimento contendo pedido de informações. Encaminharemos da mesma forma, este requerimento, para que o Senhor Governador também tome ciência daquilo que estamos relatando, que, entre outros assuntos, questiona a não realização prévia do rima da Usina de Salto Caxias, contando para isso com o apoio dos nobres Pares desta Casa.

(Lê): "Antes de finalizarmos, gostaríamos de destacar outros dois pontos do edital, que colocam em dúvida a escolha democrática da empresa contratante e a transparência do procedimento licitatório.

O primeiro diz respeito à experiência exigida da empresa ou consórcio interessado na construção da Usina. De acordo com o edital, a experiência exigida é bastante limitada, que é a de ter projetado uma usina de 150 mw nos últimos 15 anos.

Muito embora a medida represente uma ampliação do universo das empresas participantes, o que pode ser encarado como salutar e democrático, ficam no ar dúvidas quanto a capacidade técnico-executiva destas empresas para assumir uma obra desta envergadura.

No nosso entender, a exigência em questão não é compatível com a importância das obras e do investimento em Caxias, podendo a eventual contratação de uma empresa com estas características, acarretar

inestimáveis prejuízos ao Paraná, seja em razão da segurança da obra, seja pelo risco de causar-se ao meio ambiente prejuízos irremediáveis.

O segundo diz respeito à exigüidade dos prazos indicados no edital publicado pela COPEL.

O edital divide a concorrência em duas partes: uma a ser entregue até o dia 23 de março e que se refere a documentação de pré-qualificação das licitantes, e outra parte a ser entregue até o dia 28 de maio que é a proposta técnico-comercial.

O prazo para a análise da pré-avaliação por parte da COPEL, homologação e publicação dos resultados nos jornais, não pode ser inferior a 30 dias, para poder ser alcançada a qualidade técnica necessária a um resultado criterioso na seleção das proponentes efetivamente em condições de realizar os trabalhos em questão.

Com estes 30 dias gastos na análise dos pré-qualificados, restariam somente 35 dias para a preparação da proposta técnico-comercial correspondente à segunda parte da licitação.

A proposta técnico-comercial custará às empresas interessadas, muito esforço e, acima de tudo, um valor em dinheiro avultante, as quais somente poderão dispendir estes recursos após terem certeza da sua pré-qualificação.

Trinta e cinco dias é um prazo extremamente curto para a realização deste trabalho, principalmente se levarmos em consideração que, erroneamente embutida na proposta técnico-comercial, está a elaboração do rima, o qual deve ser realizado separada e antecipadamente, necessitando inclusive da aprovação da Assembléia Legislativa.

Isto para não mencionarmos a complexidade dos demais trabalhos que envolvem a proposta técnico-comercial da COPEL.

Esta exigüidade de tempo que a COPEL estabelece neste edital de concorrência, no entanto, possui uma explicação: inegavelmente um dos métodos mais utilizados em concorrências dirigidas: consiste em se exigir prazos inviáveis para a preparação das propostas, favorecendo empresas que estejam de posse de informações prévias e privilegiadas, com propostas prontas ou semi-prontas.

Assim sendo, Senhores Parlamentares, na certeza de que nosso alerta refletirá de imediato na postura do Senhor Governador do Estado, pois acreditamos no respeito ao estado democrático de direito e na transparência dos atos administrativos, encerramos este presente pronunciamento, confiando que a questão do impacto ambiental da Usina de Caxias deixará os gabinetes dos burocratas, senhores donos da verdade, para ser discutida em nome da sobe-

rania popular, da qual a Assembléia Legislativa do Estado e os Senhores Parlamentares são os grandes porta-vozes, pois, felizmente, hoje sabemos que é possível conciliar a produção de energia sem destruir a natureza e o ecossistema.

Muito obrigado, Senhor Presidente."

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Encerra o Horário do Grande Expediente.

Passamos ao Horário das Lideranças.

No Horário das Lideranças, consulto à Liderança do PTB.

(Declina).

PST.

(Declina).

PFL.

(Declina).

PRN.

(Declina).

PMDB.

(Declina).

PSDB.

(Declina).

Passa-se à

ORDEM DO DIA,

com a presença de 50 Senhores Deputados.

Sobre a mesa, expediente subscrito pelo Senhor Deputado Orlando Pessuti, na qualidade de Líder do PMDB, constante do expediente, indicando o nome do Senhor Deputado Oswaldo Trevisan para substituir do Senhor Deputado José Afonso Júnior nas comissões técnicas permanentes desta Casa. A Diretoria Legislativa, para anotar.

Expediente subscrito pelo Senhor Deputado Nelson Justus, constante do expediente, comunicando que assumiu em 1º de março do corrente ano, a Liderança do PRN nesta Casa. A Diretoria Legislativa, para anotar.

Projeto de lei de autoria do Senhor Deputado Dobrandino da Silva, constante do expediente. Necessita de apoio. Apoiado. A Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Senhor Deputado Lourenço Fregonese, constante do expediente. Necessita de apoio. Apoiado. A Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Senhor Deputado Hermas Brandão, constante do expediente. Necessita de apoio. Apoiado. A Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Senhor Deputado João Arruda, constante do expediente. Necessita de apoio. Apoiado. A Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Senhor Deputado Costenaro Neto, constante do expediente. Necessita de apoio. Apoiado. A Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Colombino Grassano, constante do

expediente, solicitando preferência de votação para os Projetos de lei ns. 004/92 e 010/92, constantes da Ordem do Dia da presente sessão. Aprovado.

O SR. OVIDIO CONSTANTINO - (Pela Ordem) - Estamos apresentando a Vossa Excelência por escrito uma questão de ordem no sentido de que essa Presidência nos esclareça as condições em que está sendo votado por esta Casa o Projeto de Lei n° 083/85, de autoria do ex-Deputado Fuad Nacli, criando o município de Quarto Centenário desmembrado do Município de Goioerê.

Lê): "A presente Questão de Ordem prende-se ao fato de que o artigo 250 do Regimento Interno desta Assembléia, determina o arquivamento de proposições apresentadas em legislaturas anteriores.

Tratando-se de projeto bastante antigo, quer parecer a este Deputado que, antes de sua aprovação, deve, no mínimo ser apurada a continuidade da existência dos requisitos exigidos por lei, para a criação de Município.

No ensejo, REQUER a Vossa Excelência, que retire o Projeto em questão de pauta até a resolução da Questão de Ordem solicitada."

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - A Mesa vai retirar o projeto da Ordem do Dia para remeter à Comissão de Justiça, mas não pela apresentação do seu requerimento, por que essa matéria já decidiu o Presidente Algaci Túlio, encontra-se legalmente na Ordem do Dia.

O SR. OVIDIO CONSTANTINO - Qual é a interpretação de Vossa Excelência do artigo 250 do Regimento?

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - A Mesa deu a decisão através do Deputado Algaci Túlio e é matéria vencida.

O SR. NILTON BARBOSA - (Pela Ordem) - Nós somos autor dessa emenda e concordamos com Vossa Excelência na retirada para que se manifeste a Comissão de Constituição e Justiça.

Gostaríamos de registrar aqui, na oportunidade, a presença do prefeito de Goioerê Fuad Kfuri, do Vereador Severino Gomes, Senhor Pascoal do Prado, do Senhor Garcia Leite, do Senhor Cleber Antunes e do Secretário da Prefeitura Senhor Acir.

Vieram evidentemente acompanhar o projeto que a nossa emenda com certeza, será julgada e analisada pelos companheiros da C.C.J., a fim de acertar divisas e para que não traga prejuízos ao município de Goioerê, município este que está praticamente perdendo dois Distritos, o caso de Quarto Centenário e o

caso de Rancho Alegre.

Então, nós aguardamos com expectativa o julgamento da CCJ, inclusive vou conversar com o Deputado Colombino Grassano para podermos, quando da sua convocação, estarmos presentes para fazermos a justificativa com relação a essa emenda.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - De conformidade com o requerimento de preferência de votação acima aprovado:

1ª DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei n. 004/92, de autoria do TRIBUNAL DE CONTAS - Of n. 57/92, que altera, a partir de fevereiro de 1992, o vencimento dos cargos em comissão e a remuneração das funções gratificadas dos servidores ativos e inativos do Quadro de Pessoal do Tribunal de Contas. Com PARECERES FAVORÁVEIS da CCJ., e CF., por unanimidade. Aprovado.

PROJETO DE LEI N° 004/92

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1° - Os níveis de vencimentos dos cargos em Comissão e as Funções Gratificadas dos servidores ativos e inativos, do Quadro de Pessoal do Tribunal de Contas, ficam reajustados a partir de 01 de fevereiro de 1992, em 33,33% (trinta e três vírgula trinta e três por cento), sobre os valores vigentes em janeiro de 1992.

Art. 2° - O valor da Gratificação de Gabinete fica reajustado na forma do disposto no artigo 3° da Lei n. 9.894, de 08 de janeiro de 1992.

Art. 3° - As despesas decorrentes desta Lei, correrão à conta do Orçamento Próprio do Tribunal de Contas.

Art. 4° - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 24.01.92.

(a) TRIBUNAL DE CONTAS

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

PROJETO DE LEI N° 004/92

P A R E C E R:

O projeto de lei n. 004/92, tem como finalidade a alteração, a partir de fevereiro de 1992, dos vencimentos dos cargos em comissão e a remuneração das funções gratificadas dos servidores ativos e inativos do Quadro de Pessoal do Tribunal de Contas.

Em análise do referido projeto, em razão de não haver nenhum óbice de caráter

legal, regimental ou constitucional, opinamos FAVORAVELMENTE.

E o parecer.

Sala das Comissões, em 18.02.92.

(aa) COLOMBINO GRASSANO

Presidente

ROSSONI

Relator

COMISSÃO DE FINANÇAS

PROJETO DE LEI N° 04/92

P A R E C E R:

De autoria do Egrégio Tribunal de Contas, o Projeto de Lei n. 04/92, propõe alteração a partir de fevereiro de 1992, nos vencimentos dos cargos em Comissão e a remuneração das funções gratificadas dos servidores ativos e inativos do Quadro de Pessoal do Tribunal de Contas.

Em análise do referido projeto, em razão de não haver nenhum óbice opinamos favoravelmente à continuidade de sua tramitação nesta Casa de Leis.

E o parecer.

Sala das Comissões, em 11.03.92.

(aa) DURVAL AMARAL

Presidente

NELSON GARCIA

Relator

1ª DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei n. 010/92, de autoria do TRIBUNAL DE CONTAS - OF. n. 190/92, que reajusta, a partir de 1º de fevereiro de 1992, os níveis de vencimentos dos funcionários do Quadro de Pessoal do Tribunal de Contas. Com PARECER FAVORAVEL da C.C.J., e C.F., por unanimidade. Aprovado.

PROJETO DE LEI N° 010/92

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

P A R E C E R:

Art. 1º - Os níveis de vencimentos dos cargos efetivos, constantes do Anexo II, da Lei Estadual n. 9436, de 09 de novembro de 1990, dos servidores ativos e inativos, do Quadro de Pessoal do Tribunal de Contas, ficam reajustadas na forma da Tabela do Anexo I desta Lei.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data da sua publicação, com efeitos financeiros a partir de 1º de fevereiro de 1992, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 17.02.92.

(a) TRIBUNAL DE CONTAS

ANEXO I

Tabela de vencimentos dos cargos efetivos, constantes do anexo II, da lei Estadual 9.436, de 09 de novembro de 1990, dos servidores ativos e inativos, do Quadro de Pessoal do Tribunal de Contas, a vigor a partir de 1º de fevereiro de 1992.

NÍV REF	REFERÊNCIAS			
	I	II	III	IV
1	495.047,73	564.354,41	643.364,03	733.434,99
2	346.533,41	395.048,08	450.354,81	513.404,48
3	326.731,50	372.473,91	424.620,25	484.067,08
4	290.048,47	330.655,25	376.946,98	429.719,55
5	271.335,65	309.322,64	352.627,80	401.995,69
6	242.598,13	276.561,86	315.280,52	359.419,79
7	224.627,90	256.075,80	291.926,41	332.796,10
8	206.657,67	235.589,74	268.572,30	306.172,42
9	188.687,44	215.103,68	245.218,19	279.548,73
10	170.717,20	194.617,60	221.864,06	252.925,02
11	152.746,97	174.131,54	198.509,95	226.301,34

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

PROJETO DE LEI N° 10/92

P A R E C E R:

De iniciativa do Egrégio Tribunal de Contas do Estado, o projeto de lei em epígrafe reajusta, os vencimentos do Quadro de Pessoal do Tribunal de Contas do Estado.

Nada havendo que se possa opor quanto a iniciativa, que é prevista pela Constituição Estadual, e obedecidos os ditames legais, concluímos no sentido de que merece nossa aprovação.

Parecer, portanto, favorável.

Sala das Comissões, em 18.02.92.

(aa) COLOMBINO GRASSANO

Presidente

ROSSONI

Relator

COMISSÃO DE FINANÇAS

PROJETO DE LEI N° 10/92

P A R E C E R:

O Projeto de lei n. 10/92, de autoria do Tribunal de Contas, tem como finalidade registrar a partir de 1º de fevereiro de 1992, os níveis de vencimentos dos funcionários do Quadro de Pessoal do Tribunal de Contas do Estado do Paraná.

Nada havendo a opor a continuidade de sua tramitação nesta Casa de Leis, somos de parecer favorável.

E o parecer.

Sala das Sessões, em 11.03.92.

(aa) DURVAL AMARAL

Presidente

NELSON GARCIA

Relator

Passaremos à apreciação do restante da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Senhores Deputados.

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 007/92, de autoria do PODER EXECUTIVO (Mensagem n° 06/92), que autoriza o Poder Executivo a ceder, em caráter de utiliza-

ção gratuita, ao Município de Nova Londrina, imóvel que especifica. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. EM REGIME DE URGÊNCIA. - Aprovado, artigo por artigo.

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 018/92, de autoria do Deputado RAFAEL GRECA DE MACEDO, que concede o Título de Cidadão Benemérito do Paraná ao Dr. José de Araújo Perpétuo. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. EM REGIME DE URGÊNCIA. - Aprovado.

O SR. OVIDIO CONSTANTINO - Sr. Presidente, pelas mesmas condições colocadas na última sessão, quero registrar voto da Bancada do PT.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Devidamente registrado.

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 023/92, de autoria do Deputado ORLANDO PESSUTI, que declara de Utilidade Pública a SANTA CASA DE MISERICORDIA DE ENGENHEIRO BELTRÃO, com sede e foro no Município de Engenheiro Beltrão. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. Aprovado, com exceção da Bancada do PT, artigo por artigo.

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 025/92, de autoria do Deputado JOÃO ARRUDA, que declara de Utilidade Pública a ASSOCIAÇÃO DOS MORADORES DO BAIRRO CRISTO REI, do Município de Francisco Beltrão. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. Aprovado, artigo por artigo.

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 030/92, de autoria do Deputado COLOMBINO GRASSANO, que declara de Utilidade Pública o INSTITUTO APOSTOLO SÃO PAULO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE ARAPONGAS, com sede e foro na cidade de Arapongas. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. Aprovado, artigo por artigo.

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 031/92, de autoria do Deputado ORLANDO PESSUTI, que declara de Utilidade Pública a ESCOLA BATISTA DE CURITIBA - ENSINO DE PRÉ-ESCOLA E 1º GRAU, com sede e foro nesta Capital. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. Aprovado, com exceção da Bancada do PT, artigo por artigo.

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 462/91, de autoria do Deputado TOTI COLAÇO, que declara de Utilidade Pública a OBRA MISSIONÁRIA MENSAGEM DA PAZ DA IRMANDADE DOS EVANGÉLICOS BATISTAS LIVRES, no Município de Teixeira Soares. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade.

Aprovado, artigo por artigo.

O SR. PRESIDENTE - (Anibal Khury) Sobre a mesa, requerimentos de nºs 215 e 218, de autoria do Sr. Deputado Lourenço Fregonese, constantes do expediente. Aprovados. A Diretoria Legislativa.

Requerimento de nº 230, de autoria do Sr. Deputado João Arruda, constante do expediente. - Aprovado. A Diretoria Legislativa.

Requerimento de nº 223, de autoria do Sr. Deputado Dobrandino da Silva, constante do expediente. - Aprovado.

O SR. DR. ROSINHA - Sr. Presidente, esse do Deputado Dobrandino, diz respeito a quê?

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - (Lê o requerimento).

O SR. DR. ROSINHA - Registro o voto contrário da Bancada do PT.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Registrado.

Requerimento de nº 197, de autoria do Sr. Deputado Orlando Pessuti, constante do expediente. - Aprovado. A Diretoria Legislativa.

Requerimentos de nºs 196 e 219, de autoria do Sr. Deputado Geraldo Cartário, constantes do expediente. - Aprovados. A Diretoria Legislativa.

Requerimentos de nºs 226 a 228, de autoria do Sr. Deputado José Alves, constantes do expediente. - Aprovados. A Diretoria Legislativa.

Requerimento de nº 241, de autoria do Sr. Deputado Arlindo Troian, constante do expediente. - Aprovado. A Diretoria Legislativa.

Requerimento de nº 245, de autoria dos Senhores Deputados José Arthur Ritti, Carlos Simões, Luiz Carlos Martins e demais Senhores Deputados, constante do expediente. - Aprovado. A Diretoria Legislativa.

Requerimento de nº 191, de autoria do Sr. Deputado Colombino Grassano, constante do expediente. - Aprovado. A Diretoria Legislativa.

Requerimento de nº 195, de autoria do Sr. Deputado Paulo Maia, constante do expediente. - Aprovado. A Diretoria Legislativa.

Requerimentos de nº 200 e 248, de autoria do Sr. Deputado Ovídio Constantino, constantes do expediente. - Aprovados. A Diretoria Legislativa.

Requerimentos de nºs 208 e 209, de autoria do Sr. Deputado Nelson Garcia, constantes do expediente. - Aprovados. A Diretoria Legislativa.

Requerimentos de n°s 206, 211 e 212, de autoria do Sr. Deputado Algaci Túllo, constantes do expediente. - Aprovados. A Diretoria Legislativa.

Requerimentos de n°s 216 e 217 de autoria do Sr. Deputado João Preis, constantes do expediente. - Aprovados. A Diretoria Legislativa.

Requerimento de n° 233, de autoria do Sr. Deputado Luiz Carlos Martins, constante do expediente. - Aprovado. A Diretoria Legislativa.

Requerimento de n° 234, de autoria do Sr. Deputado Colombino Grassano, constante do expediente. - Em discussão.

O SR. ORLANDO PESSUTI (Pela Ordem) - Para discutir, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Adia-se a discussão para a próxima sessão, na forma do Art. 155 do Regimento Interno.

Requerimentos de n°s 237 a 239, de autoria do Sr. Deputado Toti Colaço, constantes do expediente. Aprovados. A Diretoria Legislativa.

Requerimento de n° 232, de autoria do Sr. Deputado João Iensen, constante do expediente. - Em discussão.

O SR. ORLANDO PESSUTI (Pela Ordem) - Para discutir, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Adia-se a discussão para a próxima sessão, na forma do Art. 155 do Regimento Interno.

Requerimento de n° 236, de autoria dos Srs. Deputados Alceu Swarowski e Dobrandino da Silva, constante do expediente. - Aprovado. A Diretoria Legislativa.

Requerimento de n° 240, de autoria dos Srs. Deputados Ovídio Constantino, Ernani Pudell e Dr. Rosinha, constante do expediente. - Aprovado. A Diretoria Legislativa.

Requerimento de n° 243, de autoria do Sr. Deputado Ademar Traiano, constante do expediente. - Em discussão.

O SR. ORLANDO PESSUTI (Pela Ordem) - Para discutir, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Adia-se a discussão para a próxima sessão, na forma do Art. 155 do Regimento Interno.

Requerimento de n° 116, de autoria do Sr. Deputado Paulo Maia, constante do expediente de sessão anterior. - Aprovado.

O SR. ORLANDO PESSUTI (Pela Ordem) - Sr. Presidente, estivemos conversando com o Deputado Paulo Maia, no decorrer desta semana e também na semana anterior, quando este requerimento foi apresentado.

E nosso entendimento de que as respos-

tas já endereçadas a esta Casa, diretamente ao Deputado Paulo Maia, respondem aquilo que está sendo indagado. No entanto, o Deputado Paulo Maia, ao ler as respostas que lhe chegaram, entende que não está satisfeito plenamente com as respostas que lhe foram enviadas.

Neste sentido, e tendo em vista aquilo que havíamos entendido com o Parlamentar Paulo Maia e com o Deputado Ernani Pudell, que fez um encaminhamento da prorrogação para a votação deste requerimento, entendemos que nenhum mal existe em não aprovarmos o requerimento do Deputado Paulo Maia.

Por esta razão, recomendamos a todos que votem a favor do requerimento, até porque entendemos que ele já foi respondido, mas se o Deputado Paulo Maia pretende algumas informações em complemento, ele certamente as terá, após a aprovação deste requerimento.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Em votação o requerimento. - Aprovado.

Requerimento de n° 198, de autoria dos Srs. Deputados Dr. Rosinha, Ovídio Constantino e Ernani Pudell, constante do expediente. A Comissão Executiva, para apreciar.

Requerimento de n° 222, de autoria do Sr. Deputado Albino Corazza, constante do expediente. - Aprovado. A Diretoria Legislativa.

Requerimento de n° 246, de autoria do Sr. Deputado Colombino Grassano, constante do expediente. - Rejeitado.

O SR. ORLANDO PESSUTI (Pela Ordem) - Sr. Presidente, solicito verificação de votação.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Os Srs. Deputados que aprovam o requerimento, queiram levantar-se.

17 Srs. Deputados aprovam o requerimento.

Os Srs. Deputados que o rejeitam, queiram levantar-se.

Seis (06) Srs. Deputados rejeitam.

Não há quórum para votação.

O SR. ELIO RUSCH - Sr. Presidente, pela ordem.

Apenas para registrar a presença de dois líderes comunitários da localidade de Quarto Centenário, município de Goioerê, Sérgio Zambini e Jean Palicieri. A esses dois líderes, agradecemos a presença.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Registrado.

O SR. ADEMAR TRAIANO - Sr. Presidente, gostaríamos que submetesse à aprecia-

ção do plenário, um requerimento que deve chegar à Mesa, para convocar o Sr. Presidente da COPEL para vir a esta Casa prestar esclarecimentos com relação ao edital de concorrência da Usina de Salto Caxias.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Vossa Excelência está encaminhando à Mesa?

O SR. ADEMAR TRAIANO - Estou. Faço verbalmente este requerimento.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Será apreciado na sessão de amanhã.

O SR. DIRCEU MANFRINATO (Pela Ordem) - Apenas uma correção, Sr. Presidente. No requerimento da Bancada do PST endereçado à Deputada Cidinha Campos, é assinado pela Bancada do PST e ainda, com o apoio do Deputado Carlos Simões, do PMDB.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Perfeitamente.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente sessão, marcando outra para quinta-feira, dia 19, à hora regimental, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

2ª DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei nºs 004 e 010/92.

1ª DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei nºs 027, 034, 039, 046, 048 e 049/92.

Levanta-se a sessão.

Ata das Comissões:

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

12ª LEGISLATURA - 2ª SESSÃO LEGISLATIVA
ATA DA 4ª SESSÃO ORDINARIA

Aos dezessete dias do mês de março de mil novecentos e noventa e dois, reuniu-se na Sala de Reuniões das Comissões da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná a Comissão de Constituição e Justiça, sob a presidência do Deputado Colombino Grassano e com a presença dos seguintes Deputados: Nelson Justus, Mário Bezerra, João Iensen, Ovídio Constantino, Luiz Carlos Martins, Antônio Costenaro Neto, José Tavares, Plauto Guimarães e Lourenço Fregoneze. Aprovadas as atas das duas sessões anteriores (3ª Ordinária e 1ª Extraordinária), após a discussão e votação. Havendo número legal, o Senhor Presidente deu por aberta a presente sessão passando a ler seu despacho com relação ao requerimento feito na sessão anterior pelo Deputado Mário Bezerra (despacho anexo também

na ata da sessão anterior). Passou-se à Ordem do Dia: 1) Projeto de Lei nº 34/92 de autoria do Deputado Dirceu Manfrinato. Parecer favorável do Deputado Luiz Carlos Martins - APROVADO; 2) Projeto de Resolução nº 84/91 de autoria do Deputado Edson Silva Lino. Parecer: REJEITADO a Emenda, do Deputado Luiz Carlos Martins - APROVADO; 3) Projeto de Resolução nº 01/92 de autoria do Deputado Severino Felix Pessoa e Orlando Pessuti. Concedido vistas ao Deputado José Tavares; 4) Projeto de Lei nº 48/92 de autoria do Deputado Nelson Garcia. Parecer favorável do Deputado Antônio Costenaro Neto - APROVADO; 5) Projeto de Lei nº 589/91 de autoria do Deputado Severino Félix. Parecer favorável do Deputado Antônio Costenaro Neto - APROVADO; 6) Projeto de Lei nº 36/92 de autoria do Deputado Dobrandino Silva. Parecer do Deputado Relator, Antônio Costenaro Neto, no sentido de que aguarde na Comissão até completar um ano de personalidade jurídica; 7) Projeto de Lei nº 35/92 de autoria do Deputado Dirceu Manfrinato. Parecer favorável do Deputado Ovídio Constantino - APROVADO; 8) Projeto de Lei nº 39/92 de autoria do Deputado Dobrandino da Silva. Parecer favorável do Deputado João Iensen - APROVADO; 9) Projeto de Lei nº 49/92 de autoria do Deputado Algaci Túlio. Parecer favorável do Deputado João Iensen - APROVADO; 10) Ofícios do Tribunal de Justiça - Protocolos nº 793 e 794, pedido de licença a esta Casa de Leis para processar o Deputado Nilton Cesar Servo. Parecer favorável para que seja apreciado pelo Plenário. 11) Projeto de Lei nº 46/92 de autoria do Deputado Duílio Genari. Parecer favorável do Deputado Plauto Guimarães - APROVADO; 12) Projeto de Lei nº 37/92 de autoria do Deputado Dobrandino da Silva. Parecer favorável do Deputado Plauto Guimarães - APROVADO; 13) Projeto de Lei nº 40/92 de autoria do Deputado Dobrandino da Silva. Parecer favorável do Deputado Plauto Guimarães - APROVADO; 14) Projeto de Lei nº 26/92 de autoria do Deputado Colombino Grassano. Parecer favorável do Deputado Plauto Guimarães - APROVADO; 15) Projeto de Lei nº 613/91 oriundo do Poder Executivo. Parecer favorável do Deputado José Tavares - APROVADO; 16) Projeto de Lei nº 43/92 oriundo do Poder Executivo. Parecer favorável do Deputado José Tavares - APROVADO; 17) Projeto de Lei nº 529/91 de autoria do Deputado José Alves. Parecer favorável do Deputado José Tavares, propondo Emenda Modificativa - APROVADO parecer e a Emenda; 18) Projeto de Lei nº 27/92 de autoria do Deputado Colombino Grassano. Parecer favorável do Deputado Mário Bezerra - APROVADO; 19) Projeto de Lei nº 83/85 de autoria do Deputado Fuad Nacli. Concedido vistas ao Deputado Nelson Justus. O Depu-

tado Presidente fez uso da palavra para oferecer a Tribuna desta Comissão ao Senhor Presidente dos Sindicatos, Juracy Barbosa Sobrinho, para que este faça a entrega de documentos com relação ao Projeto de Lei nº 592/91 que está com o Deputado Relator José Tavares. Também fez uso da palavra a Coordenadora, Sra. Dilma Pereira, a qual fez a entrega dos documentos. Nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente deu por encerrada a presente sessão.

(aa) COLOMBINO GRASSANO
Presidente
ANA LUCIA ANDRETTA
Secretária

COMISSÃO DE OBRAS PÚBLICAS,
TRANSPORTES E COMUNICAÇÕES

12.^a LEGISLATURA - 2.^a SESSÃO LEGISLATIVA
ATA DA 1.^a SESSÃO ORDINÁRIA

Aos dezoito dias do mês de março de hum mil novecientos e noventa e dois, na Sala de Reuniões das Comissões, reuniu-se a Comissão de Obras Públicas, Transportes e Comunicações, sob a Presidência do Senhor Deputado Cezar Silvestri. Havendo número legal o Senhor Presidente deu início aos trabalhos com a seguinte Ordem do Dia: 01) Projeto de Lei nº 003/92, de autoria do Poder Executivo-Mensagem nº 001/92. Relator Deputado Dobrandino da Silva. Parecer FAVORÁVEL - APROVADO. 02) Projeto de Lei nº 006/92, de autoria do Poder Executivo - Mensagem nº 006/92. Relator Deputado Toti Colaço. Parecer FAVORÁVEL-APROVADO. 03) Projeto de Lei nº 08/92, de autoria do Poder Executivo - Mensagem nº 007/92. Relator Deputado Elio Lino Rusch. Parecer FAVORÁVEL-APROVADO. Nada mais havendo a tratar o Senhor Presidente encerrou os trabalhos dos quais para constar e produzir os efeitos legais lavrei a pre-

sente Ata, que depois de lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e por mim, Sandro Alberto Figueiredo, Secretário da Comissão.

(aa) CEZAR SILVESTRI
Presidente
SANDRO ALBERTO FIGUEIREDO
Secretário

Ato da Comissão de Processo Administrativo

EDITAL DE CHAMAMENTO

A COMISSÃO DE PROCESSO ADMINISTRATIVO, INSTAURADA PELA PORTARIA Nº 127/91, DA DIRETORIA GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ,

CONSIDERANDO que, na ultimação da instrução, concluiu pela indicição do funcionário GETOLIO CANELA FAVARO como incurso nas sanções do art. 293, inciso V, letra "b", da Lei nº 6.174, de 16 de novembro de 1970 - Estatuto dos Funcionários Cíveis do Estado, estando sujeito à pena de demissão, por abandono de cargo;

CONSIDERANDO o desconhecimento do paradeiro do indiciado, para citação pessoal;

CONSIDERANDO, ainda, o disposto no art. 320, e § 2º, da Lei 6.174, referida...

CITA e CHAMA GETOLIO CANELA FAVARO para apresentar defesa, no prazo de 10 (dez) dias, facultada vista do processo, durante o prazo, no GABINETE DA PROCURADORIA (5º andar), fluindo o prazo a partir do 15º (décimo quinto) dia da publicação do presente EDITAL.

(a) JOSE RENATO DUARTE
Presidente da Comissão

BALANCETE FINANCEIRO		REF. -	SCM245
DE 01 a 31 DE JANEIRO DE 1992.		PAG. -	1
		DATA -	31.01.92
RECEITA		DESPESA	
ORÇAMENTARIA		ORÇAMENTARIA	
RECEITAS CORRENTES		DESPESAS CORRENTES	
Receita tributária	0,00	Despesas de custeio	1.532.143.461,05
Receita de contribuições	0,00	Transferências correntes	542.481.441,90
Receita patrimonial	0,00		2.074.624.902,95
Receita agropecuária	0,00		
Receita industrial	0,00		
Receita de serviços	0,00	DESPESAS DE CAPITAL	
Transferências correntes	2.550.000.000,00	Investimentos	0,00
Outras receitas correntes	0,00	Inversões Financeiras	0,00
	2.550.000.000,00	Transferências de Capital	0,00
			0,00
RECEITAS DE CAPITAL			
Operações de crédito	0,00		
Alienação de bens	0,00	EXTRAORÇAMENTARIA	
Amortização de empréstimos	0,00	Restos a pagar	
Transferências de capital	0,00	Pagamentos	20.877.337,49
Outras receitas de capital	0,00	Cancelamentos	0,00
	0,00		20.877.337,49
2.550.000.000,00			
EXTRAORÇAMENTARIA			
Débitos de tesouraria	0,00	Débitos de tesouraria	0,00
Depósitos de diversas origens	0,00	Depósitos de diversas origens	0,00
Depósitos extraordinários	0,00	Depósitos extraordinários	311.231.083,05
Acordos e convênios	0,00	Acordos e convênios	0,00
Contas a regularizar	0,00	Contas a regularizar	0,00
Outras operações	0,00	Outras operações	0,00
	311.231.083,05		311.231.083,05
	994.452.875,81		332.108.420,54
SALDOS DO MES ANTERIOR		SALDOS PARA O MES SEGUINTE	
Caixa	0,00	Caixa	0,00
Bancos conta movimento	2.252.882.942,59	Bancos conta movimento	3.390.602.494,91
Bancos conta vinculada	0,00	Bancos conta vinculada	0,00
Conta aplicações financeiras	0,00	Conta aplicações financeiras	0,00
Conta poupança	0,00	Conta poupança	0,00
	2.252.882.942,59		3.390.602.494,91
TOTAL	5.797.335.818,40	TOTAL	5.797.335.818,40

ABIB MIGUEL
Diretor Geral

GABRIEL LUIZ FRANCESCHI
Diretor do DAT

EDISON CARLOS DE OLIVEIRA
Coord. de Contabilidade